ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 17 de março de 2021

N.º 05/2021

Aos dezassete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Índice

A) Período de Antes da Ordem do Dia
1. Informações à Câmara (eventual apresentação).
2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.
B) Período da Ordem do Dia
1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de março de 2021.
2. Deliberação n.º 69/21 – Proposta n.º 03/2021 – GAP – Empreitada – "Unidade de Saúde Familiar de Azeitão" – Ratificação do Despacho n.º 33/2021/GAP.
3. Deliberação n.º 70/21 – Proposta n.º 04/2021 – GAP – Permuta de Imóveis - Parque Sant´Iago.
4. Deliberação n.º 71/21 – Proposta n.º 05/2021 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – 2021.
5. Deliberação n.º 72/21 – Proposta n.º 12/2021 – DAF/DICOMP/SECONT – Concurso Público para concessão do direito de exploração de cafetaria/bar do Edifício dos Ciprestes.
6. Deliberação n.º 73/21 – Proposta n.º 13/2021 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.
7. Deliberação n.º 74/21 – Proposta n.º 14/2021 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.
8. Deliberação n.º 75/21 – Proposta n.º 06/2021 – DCIRT/DITUR – Proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Direção Geral da Autoridade Marítima/Capitania do Porto de Setúbal no âmbito da gestão das praias marítimas.
9. Deliberação n.º 76/21 – Proposta n.º 04/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas inerentes a "Pedido de autorização de alteração de utilização de uma fração", de ginásio para serviços.
10. Deliberação n.º 77/21 – Proposta n.º 05/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de

licenciamento de obras de construção de edifício destinado a lar residencial e centro de apoio ocupacional da APPACDM.

11. ***Deliberação n.º 78/21 – Proposta n.º 06/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida pela entrada do pedido de informação prévia para construção de um edifício destinado a apoio social.***
12. ***Deliberação n.º 79/21 – Proposta n.º 07/2021 – DURB/DIPU – Plano Estratégico Setúbal Cidade do Conhecimento.***
13. ***Deliberação n.º 80/21 – Proposta n.º 08/2021 – DURB/DIPU/GAP – Abertura do período de Discussão Pública do Plano de Pormenor da Frente Norte da Avenida Luísa Todi.***
14. ***Deliberação n.º 81/21 – Proposta n.º 09/2021 – DURB/DIMOT – Continuidade da Suspensão dos Serviços de Estacionamento Tarifado na Cidade de Setúbal – Ratificação.***
15. ***Deliberação n.º 82/21 – Proposta n.º 02/2021 – GAF – Aditamento à Proposta 2A/GAF/2017 – Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a União das Freguesias de Setúbal.***
16. ***Deliberação n.º 83/21 – Proposta n.º 28/2021 – DCDJ/DICUL – AMATEATRO – Mostra de Teatro Amador de Setúbal – 3ª edição (online).***
17. ***Deliberação n.º 84/21 – Proposta n.º 29/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro a obra de substituição de palco da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense.***
18. ***Deliberação n.º 85/21 – Proposta n.º 30/2021 – DCDJ/DICUL – Escola de Jazz e Música Improvisada - Protocolo de colaboração com a Sociedade Musical Capricho Setubalense.***
19. ***Deliberação n.º 86/21 – Proposta n.º 31/2021 – DCDJ – Protocolo de colaboração com Monstro Coletivo – Associação Cultural.***
20. ***Deliberação n.º 87/21 – Proposta n.º 32/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação II Sorpasso.***
21. ***Deliberação n.º 88/21 – Proposta n.º 33/2021 – DCDJ/DIBIM – Contrato de comodato - Projeto Comunicação Digital de Proximidade entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Câmara Municipal de Setúbal para implementação do projeto na Biblioteca - "Comunicação Digital de Proximidade".***
22. ***Deliberação n.º 89/21 – Proposta n.º 06/2021 – DES – Acordo de Cooperação entre o Município de Setúbal e a Iniciativa Educação - Programa Ser Pro - Curso Profissional de Técnico de Desporto.***
23. ***Deliberação n.º 90/21 – Proposta n.º 02/2021 – DAAE/DIAES – Protocolo de parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Bairro Cool.***

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e dos departamentos de Administração Geral e Finanças e de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 4.

b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

5

a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Obras Municipais, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinha quatro questões para colocar. A primeira questão era, relativamente à Comenda, saber se os serviços de fiscalização já tinham aferido da legalidade da implementação das vedações que tinham sido colocadas ao longo da Estrada Nacional 10 e da estrada que ligava a Estrada Nacional 10 à Estrada Nacional 10.4. Qual era o ponto da situação do processo de expropriação dos espaços pertencentes à Quinta da Comenda que tinham utilização pública havia várias décadas, nomeadamente o Parque das Merendas e o parque de estacionamento da Albarquel?
A segunda questão tinha a ver com o Forte da Albarquel. Parecia-lhe que as obras, aparentemente, estavam em fase de conclusão. Se já estava prevista a sua conclusão e, também, sendo esse um equipamento que ia envolver, certamente e ainda bem, uma afluência grande de pessoas, qual era a situação do parque da Albarquel, que tinha sido retirado pelos donos da Comenda. Se existia alguma evolução relativamente a essa tomada de posição - quanto a eles, abusiva -, ou não, por parte dos detentores da Quinta da Comenda.
A terceira questão tinha a ver com a Feira de Sant'Iago. Dada a evolução pandémica que vivíamos, gostariam de saber se o executivo já tinha decidido se a Feira de Sant'Iago se iria realizar no corrente ano.
A intervenção na Avenida dos Combatentes seria para o Vereador Rabaçal, mas a Sra. Presidente saberia, certamente, responder. Tinham reparado que a intervenção estava a decorrer e aproximava-se da sua finalização, mas as passadeiras que estavam a ser colocadas eram de alçada grossa, uma situação para a qual já tinham alertado tempos atrás, para a não colocação desse tipo de pavimento, que não era benéfico para os transeuntes, principalmente para os de mobilidade reduzida, para as bicicletas, para as trotinetas elétricas, que estava muito em voga circularem pela cidade. Queriam saber se se ia manter aquele piso nas passadeiras ou se seria feita alguma alteração, com a remoção daquelas que já tinham sido colocadas.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria dar nota da reabertura do ensino presencial nas escolas do 1.º ciclo e no pré-escolar. Gostaria de propor, informalmente, um louvor a todos os trabalhadores das escolas, fossem trabalhadores docentes ou trabalhadores não docentes, e às famílias e à forma como tinham respondido no período em que as crianças tinham tido que estar em confinamento, confirmado naquele dia pela reunião da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação.
O balanço do conjunto dos agrupamentos e escolas não agrupadas era que, comparativamente a um ano atrás, a situação, não sendo perfeita, tinha sido muito melhor. Tinham-se encontrado soluções com criatividade que tinham permitido manter o contacto com um maior número de alunos, coisa que, no balanço anterior, não tinha sido conseguida.
Queria fazer referência ao grande esforço de ter todas as salas e as escolas em condições para o reinício das atividades presenciais.
Ficava uma nota de protesto pelo facto de, na quinta-feira à noite, o Governo ter anunciado que na segunda-feira as escolas iriam reabrir, o que significava que as escolas tinham sido notificadas formalmente na manhã de sexta-feira. Tinha sido nesse espaço de tempo que tinha sido necessário ter tudo pronto e responderem em condições. Era claro que o esforço de todos, nas escolas, tinha sido extraordinário, inclusivamente com a necessidade de, no sábado, terem ido, também, às escolas, por exemplo, levar os frescos para os refeitórios.

Era assim, decidia-se e alguém haveria de fazer e de cumprir, quando não havia necessidade de as coisas serem feitas com esses ritmos e dessa forma.
Acrescia, ainda, o facto de a decisão de reabrir as escolas ser acompanhada com a orientação para a testagem de todos os trabalhadores das escolas, docentes e não docentes, que, numa primeira fase, seriam só e apenas os trabalhadores do Ministério da Educação ou os trabalhadores da autarquia que estivessem em sala, as assistentes operacionais em sala de pré-escolar, em que os trabalhadores das atividades de animação de apoio à família, das cozinhas e dos refeitórios, das CAF, das AEC, todos esses, não seriam testados. Depois, à última da hora, tinha vindo uma nova orientação, em que, afinal, esses também seriam testados, mas, entretanto, os laboratórios iam para as escolas e iam com uma lista em que só uns quantos é que poderiam ser testados.
A questão, felizmente, naquele momento, estava a ser ultrapassada, mas eram questões para as quais o Governo já tinha sido alertado, que tinham podido ser evitadas e que criavam instabilidade, ansiedade e desconforto entre colegas que trabalhavam no mesmo espaço, nos mesmos equipamentos, o que não tinha necessidade de acontecer. Era claro que a grande sensibilidade dos diretores das direções de escolas, dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas e dos coordenadores de escolas tinha feito com que essa questão fosse minimizada, mas ficava o registo, para evitar que, de futuro, isso voltasse a acontecer.
Isso tinha sido acompanhado com a questão da vacinação, que, num dia, estava tudo preparado para se vacinarem e, no final desse dia, vinha a nota de que ficava tudo suspenso, porque determinada vacina ia ser suspensa e, portanto, aquilo que estava tudo montado para, no sábado e no domingo, irem ser vacinados, tinha voltado tudo para trás. Não ia ali questionar questões do foro científico que não era capaz de questionar, mas isso lançava em todo aquele processo nuvens e questões que não tinham qualquer interesse.
Queria dar nota, também, de que, devido ao esforço do orçamento da Câmara e com base na capacidade de financiamento da Câmara nos fundos comunitários, estavam, naquele momento, a concluir a substituição da cobertura da Escola Básica das Amoreiras, da Escola Básica de Santa Maria, que já estava em acabamentos, da Escola Secundária Dom Manuel Martins, que não era da responsabilidade da Câmara, e do pavilhão da Escola Básica 2 3 de Azeitão, estando a intervenção de Aranguez prevista para o verão, num esforço importante, que, por conta daquilo que tinha sido o trabalho preparatório técnico dos técnicos da Câmara Municipal de Setúbal, tinha sido possível, diria que quase em tempo recorde, projetar, lançar o concurso, planear a obra e executar a obra dessas escolas. Eram essas porque eram as últimas que precisavam de ter essa intervenção no concelho.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que era só para referir que, em relação à Comenda, em julho do ano anterior tinham embargado a obra que estava a ser executada no palácio, que tinha uma validade até 21 de março de 2021. Entretanto, também já tinham voltado a entrar em contacto com a DGPC, para perceber o que é que eles pretendiam fazer, dado que tinha sido a pedido da DGPC que esse embargo tinha sido executado.
Relativamente à zona toda da envolvente e a todo o material que tinha sido colocado em termos de vedações, portões e tudo o mais, tinha sido feito, também, já, o embargo a toda essa situação, porque, realmente, se tinha verificado que não estavam de acordo com o POPNA nem com os regulamentos camarários, nem com os demais regulamentos em vigor. Tinha sido executado também, já, esse embargo.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, numa nota muito breve, queria só dar conta de uma informação. Pensava que era conhecida por todos os eleitos daquela câmara, mas parecia-lhe importante, até porque, no âmbito da ordem de trabalhos, era uma consequência daquela mesma informação. Queria salientar o sucesso desportivo que os atletas portugueses tinham tido nos campeonatos da Europa que se tinham realizado recentemente, em particular o atleta Pedro Pichardo.
Aquela era uma informação que lhes parecia importante partilhar, uma vez que o Pedro havia mais de um ano que era um atleta que treinava diariamente no complexo municipal da pista

de atletismo de Setúbal, com uma estreita relação com a autarquia. Não sabia se estariam recordados, mas, já no ano anterior, a propósito de conversas que inspiravam o desporto, o Pedro tinha sido um dos nossos convidados e tinha dito que gostava muito de sardinhas assadas e que, para ele, era uma felicidade aqui estar. Portanto, ele tinha uma grande dívida de gratidão para com a autarquia e era para nós uma grande satisfação ter dos melhores atletas do mundo a treinar.
A título de curiosidade, não era só ele que treinava lá. A atual campeã olímpica em título, a Caterine, que era colombiana, também treinava no complexo municipal, graças a um protocolo de colaboração.
Pensavam que essa possibilidade, de termos no nosso complexo municipal atletas de eleição mundial que eram candidatos às medalhas olímpicas era, também, uma fonte de inspiração para os jovens atletas que por ali também treinavam. Naquele momento, com o confinamento, isso não era possível, mas podia inspirar os nossos jovens na prática desportiva, em particular do atletismo.
Portanto, essa também era a razão que estava na base de terem trazido a proposta para atribuição da medalha, mas isso era um tema que mais à frente iriam apresentar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que isso iria ser discutido mais à frente e não sabia se valia a pena fazerem-no naquele momento, mas também saudavam e associavam-se. Como tinha sido feita uma intervenção pelo Vereador Pedro Pina, saudavam, obviamente, esse feito.
Também lhes aprazia dizer a importância que tinha tido e a visão que tinha havido na construção daquele complexo desportivo, para, naquele momento, permitir que atletas de alta competição fizessem os seus treinos e tivessem esses resultados. Tinha sido importante, para a cidade e para o concelho, a construção do complexo desportivo da pista de atletismo. Tinha sido importante a construção desse complexo. Era uma evidência que tinha sido importante, porque, naquele momento, permitia que os atletas treinassem lá e tivessem resultados em alta competição. Não seria possível se não existisse o complexo.
Associavam-se, naturalmente, a esses feitos.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que era só uma nota muito breve, para se juntar a esse regozijo. Achava que era fundamental, acima de tudo, terem um atleta medalhado que treinava no concelho de Setúbal. Só isso. Achava que isso era uma nota muito relevante.

Sra. Presidente – Disse que queria começar pelo fim, que era lembrar o Partido Socialista que era melhor que não dissessem nada, mas tinha que dizer uma coisa. Tinha feito parte do primeiro executivo pós-executivo do Partido Socialista, em 2001, que se tinha candidatado às eleições.
A pista de atletismo tinha sido uma daquelas obras começadas e mal-amanhadas à pressa. Tinha cerca de 20 proprietários e tinha-se começado a fazer rapidamente, para ver se o voto lá caía. De facto, não tinha caído. Felizmente, não tinha caído, senão Setúbal não seria o que era naquele momento. Quando tinham pegado naquilo tinham tido que andar a negociar, a expropriar, a pagar terrenos a cerca de 20 pessoas, que diziam: *"Fizeram ali a pista de atletismo e nem sequer me pediram autorização."* Estava lá, a começar.
De facto, tinham sido eles que tinham legalizado aquilo tudo, que tinham legalizado os terrenos com os proprietários. Tinha sido mais uma coisa enjorcada do Partido Socialista. Tinha sido assim, tinha sido tudo mal-amanhado, à pressa. Eles é que tinham legalizado e tinham acabado a construção daquele equipamento. Tinham acabado a construção e tinham vindo, ao longo do tempo, a melhorar esse equipamento, por exemplo, relativamente aos ventos, porque não estavam no projeto inicial.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que só tinha realçado a importância da pista.

Sra. Presidente – Disse que o senhor vereador tinha aquela na manga do *"realcei a importância e tal…"* Era bom terem memória, de facto, de como tinha sido começada e que tinham sido eles a acabá-la. Tinham vindo a melhorar esse equipamento com um esforço muito grande.
Atualmente, andava a ser, outra vez, todo pintado e ia ser levantada uma parte do *"tartan"*. Estava com grandes condições.
Tinham um pedido de um país para fazer o seu estágio, de 2 a 3 meses, para os Jogos Olímpicos. A Caterine, que era da Colômbia, estava com outra atleta, também da Colômbia, a treinar lá. Estava cá havia alguns meses e iria continuar cá. Ela não era só uma atleta olímpica, era uma atleta de nível mundial, tinha o título mundial. Havia 2 anos que não perdia nenhum título: Europa, Mundo, Olimpíadas, Liga de Diamante. Não perdia nenhum título importante.
Estava para chegar mais um jovem, do Equador, que tinha vindo, também, ser atleta residente, por assim dizer, porque também era um dos melhores. Estavam a juntar-se ao Pedro, que tinha sido o primeiro a vir. Depois, tinha vindo a Caterine, da Colômbia, mais uma jovem cujo nome não tinha percebido. Portanto, vinha o jovem do Equador e mais outro, também do Equador. Tinham pedido para vir para cá com os seus atletas, prepararem-se para as Olimpíadas.
Não tinham descansado, estavam sempre em manutenção, lá e em qualquer outro equipamento do município. Estavam sempre em manutenção permanente, a dar condições, quer para a escola de vela, para o circuito de águas abertas ou para os pavilhões de ginástica. Em tudo estavam, permanentemente, a criar pequenas equipas de manutenção com os trabalhadores da Câmara. Naquele dia, quem lá estava a fazer a manutenção estava a pintar as vedações. Os próprios equipamentos dos ginásios – tinham lá 3 ou 4 ginásios - eram os trabalhadores que tinham vindo a alterar aquilo. Havia um muito grande que tinha sido um armazém e que eles tinham transformado para os atletas de alta competição e a outra metade era para os atletas do Vitória, quando treinavam lá com o Couceiro. Tinham preparado aquilo para os atletas do Vitória. Alguns equipamentos que tinham estado a ganhar ferrugem tinham sido os trabalhadores do município que os tinham pintado e tirado a ferrugem, a pintar vedações, para que aquilo tivesse, de facto, uma imagem agradável, que fosse atraente e acolhedora de toda a gente que lá ia e para que aqueles que lá trabalhavam, quer os nossos trabalhadores, quer os utentes que utilizavam os equipamentos se sentissem bem.
Era com muito orgulho que sabiam que esses atletas, que moravam noutros pontos do distrito - por acaso, esses moravam noutros pontos do distrito. A Caterine, da Colômbia, morava no Montijo, o Pedro Pichardo morava em Pinhal Novo – tivessem escolhido, todos eles e os outros, também, que moravam noutros sítios do distrito, que tivessem escolhido Setúbal para treinar, sem lhes ser cobrado um tostão e serem muito bem acolhidos pelos nossos técnicos, com quem já tinham relações de amizade. Já lhe tinham contado, mas, naquele dia, tinha podido verificar como é que eles se tratavam. Não ia ali dizer, mas era uma coisa muito curiosa.
Achava extremamente interessante e importante ver os nossos trabalhadores a entrosarem-se com eles e a serem tratados assim. Chegavam ao aeroporto e telefonavam para os nossos trabalhadores para os irem buscar porque não tinham ninguém. Achava isso fantástico. Não iam para os municípios deles pedir alguém do município deles, não, telefonavam para o José Pereira, telefonavam para o Luís Liberato: *"Ah, venham-me lá buscar aqui, ao aeroporto."* Achava que isso era delicioso e eles iam à meia-noite, à uma da manhã, iam a correr buscá-los. Naquele dia tinha assistido à forma como se tratavam, como se fossem amigos de longa data. Achava que era assim que tinha que ser. Isso dava-lhe um grande orgulho. Achava que essas pessoas punham também Setúbal no mapa.
Era evidente que o Pedro já tinha feito declarações para os jornais, a falar da pista onde treinava. Naquele dia, às 6 horas, ia estar com o Presidente da República e, com certeza, ia falar, novamente, de Setúbal, assim como a Caterine, da Colômbia. Estava ali a Medalha da Cidade, para lhe atribuírem.

Não o conhecia pessoalmente, só o tinha visto ao longe, mas sabia da relação dele com o vereador, com o diretor, com os técnicos da Câmara. Sabia que eles tinham uma relação de grande proximidade. Naquele dia, tinha lá ido ver como é que era essa relação.
Aquilo também era colocar Setúbal no mapa. Eram os atletas setubalenses que lá treinavam e mais os outros, que pediam, vinham e ficavam. Esses já eram residentes, estavam lá todos os dias. Já estavam havia um ano e tal. Até aos Jogos Olímpicos iam ficar o resto do tempo, o tempo que eles quisessem. Isso, para eles, era, de facto, motivo de orgulho.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que voltava a reafirmar que saudavam o feito, saudavam que treinassem em Setúbal e que a pista servisse para isso. Não sabia o que é que poderia ter dito que fosse contra isso. A pista estava feita e ainda bem que estava feita.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o Sr. Vereador Fernando Paulino podia não querer dizer mais mas ele ia dizer. Parecia que ninguém queria dizer, mas toda a gente estava a falar sobre o mesmo. Era evidente que, até utilizando a terminologia que a Sr. Presidente tinha utilizado, enjorcada, ou não, tinha-se feito a pista e estava lá, com manutenção, obviamente, era uma obrigação do município que era o proprietário. Ainda bem que tinha a capacidade de atrair esse tipo de atletas de alta competição, que, com certeza, levavam o nome de Setúbal.
Se não houvesse pista - enjorcada inicialmente no processo, ou não -, eles, de certeza, que não estariam cá. Portanto, fazer essa referência também era justo, porque também havia de haver uma altura em que a Sra. Presidente já não ia estar cá e outros investimentos que pudesse ter feito, ou não, também iam ter que ser referidos, se fosse esse o caso. Portanto, achava que essa referência também era justa, a quem, na altura, tinha decidido de uma forma ou de outra, mas a pista de atletismo estava feita.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que era uma coisa muito rápida, para complementar as informações. Aquilo não era um concurso, ver quem é que tinha mais mérito para o que quer que fosse, mas valia a pena perceber do que é que se estava a falar. Podiam ter equipamentos e, depois, a capacidade e a estratégia que tinham para os desenvolver não tinha a ver só, concretamente, com quem era o pai da criança. Tinha a ver, depois, como é que os pais das crianças tinham responsabilidade na sua educação.
Como sabiam, existiam outros complexos municipais com características de uma pista de atletismo. A pergunta que podiam fazer era por que é que tinham querido vir para Setúbal e por que é queriam estar a trabalhar no complexo municipal. Queriam estar ali a trabalhar e a treinar, porque, de facto, tinham encontrado as condições adequadas para lá fazerem esse processo. Isso só era possível pela excelência da equipa que os acompanhava nesse segmento que era a área do atletismo. Também se podia falar dos muito bons resultados que o Vitória Futebol Clube tinha e da sua utilização sistemática da pista de atletismo.
O que existia, relativamente ao Pedro Pichardo, era uma colaboração com o clube, como existia com outros clubes. Aliás, havia clubes de outros municípios que lhes pediam uma utilização regular, mas o que existia era uma colaboração estreita, no sentido de poder colaborar com os atletas. A própria Federação Portuguesa de Atletismo e o Comité Olímpico já tinham feito visitas a vários pontos do país onde tinham sediados atletas que estavam integrados no Plano Tóquio 2021, agora – era Tóquio 2020, agora Tóquio 2021 - e, portanto, nesse sentido, seriam agentes, também, da divulgação e do reconhecimento às autarquias que colaboravam.
Isso só acontecia pela ausência de uma política desportiva nacional, de uma ausência completa de uma estratégia nacional para o desenvolvimento desportivo. Não fora, do norte ao sul do país, de diferentes forças políticas, o papel que as autarquias desenvolviam para a área desportiva, em particular, no que dizia respeito, também, a essa componente de alta competição, o nosso desporto e o seu desempenho - exceção feita a uma ou outra modalidade e, em particular, ao futebol - seria absolutamente desastroso.

Portanto, para felicidade, de alguns dos nossos atletas, ainda bem que existiam autarquias que apostavam e que tinham essa possibilidade. No olhar da Câmara Municipal de Setúbal, mais do que as condições que proporcionavam a um atleta de alto rendimento como o Pedro Pichardo ou como a Caterine, era, sobretudo, a possibilidade de termos atletas que podiam ser referências para os nossos jovens. Isso era absolutamente notável.
Noutras áreas fariam exatamente o mesmo como tinham feito. Ter atletas que eram os melhores do mundo na nossa cidade era um contributo inestimável. Todas as gerações que tivessem oportunidade de confrontar-se com esses atletas e os vissem a treinar, com isso, também retiravam os dividendos que eram ver os atletas que, normalmente, só conseguíamos ver nas provas de elite como os Jogos Olímpicos ou os Campeonatos do Mundo. Vê-los a treinar na sua cidade, no complexo de que também podiam usufruir, era um contributo extraordinário, pelo qual, obviamente, as novas gerações iriam ficar gratas, porque aquela câmara tinha dado essa oportunidade. Fosse no atletismo, fosse em qualquer outra modalidade.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, porque estavam a falar da pista de atletismo, ele, porque também tinha um filho - uma filha, naquele caso - que utilizava a pista de atletismo e que o obrigava a deslocar-se lá várias vezes e ainda bem, havia uma coisa que tinha que dizer que era fundamental a Câmara intervir, que era no espaço envolvente.
Podia dizer que à noite, especialmente no inverno, a iluminação era muito deficiente e o acesso à pista era muito confuso. Tinham que fazer um caminho tortuoso. Não tinha iluminação, não tinha a dignidade daquele espaço, não tinha a dignidade que a pista tinha e, pelos vistos, também os próprios atletas e o gabarito dos atletas. Portanto, pensava que era importante, também, fazer algumas pequenas intervenções, nomeadamente a questão da iluminação, achava que era fundamental a iluminação daquela zona envolvente e o acesso à pista. Se calhar, nos últimos 20 anos não sabia se tinha havido grandes intervenções, mas parecia-lhe que estava, claramente, a necessitar de uma intervenção um pouco mais profunda.

Sra. Presidente – Disse que nem nos últimos 20 anos nem 30, antes também não tinha tido.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não punha quaisquer reticências à intervenção do Vereador Pedro Pina.

Sr. Vice-Presidente – Disse que não estava à espera que fosse da boca do Sr. Vereador Paulo Lopes, líder da bancada, uma crítica tão direta aos mandatos do PS, que tinham ido fazer a pista lá no meio do mato, lá em cascos de rolha, sem arranjo exterior nenhum. Era naquele momento que estava a criticar isso?

Sr. Vereador Paulo Lopes - Disse que, ou o senhor vereador não conhecia o acesso da pista e não sabia do que estava a falar, ou, então, estava a querer desviar o assunto para outra coisa.

Sr. Vice-Presidente – Disse que não estava a querer desviar nada. Estava a falar da realidade que os senhores vereadores tinham sugerido: que, se não tivesse havido Mata Cáceres e PS nada em Setúbal tinha acontecido. Ora, se não tivesse havido coisas em condições para ter atletas medalhados com as condições que eles tinham criado, entretanto, não havia. Se a pista estivesse como estava quando a tinham deixado, quando acabaram os mandatos do PS, haviam de ter lá só entorses, era o que lá teriam.

Sra. Presidente – Disse que a Sra. Vereadora Carla Guerreiro não tinha dito nada em relação àquela iluminação. O José Pereira não deixava aquilo por mãos alheias. Havia muito tempo que isso estava pedido e a EDP, às vezes, demorava 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos, para dar cumprimento às coisas. Depois, quando se zangava, havia reuniões ao mais alto

nível e lá vinham alguns troços que eles lá iam pondo e, depois, parava. Naquele momento, tinha a impressão que estavam com um concurso muito grande, para 10000 luminárias. Não sabia se não estaria nesse pacote aquela artéria do município.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que, relativamente a essa questão, estavam a trabalhar na iluminação, também, daquele local. Tinham alguns pontos do concelho que, pura e simplesmente, não tinham iluminação. Por exemplo, uma obra que estavam a fazer, naquele momento, com a EDP, era na Estrada da Cascalheira, uma reivindicação das pessoas já com muitos anos. Naquelas zonas, havia sítios que, realmente, a EDP não estava muito interessada em fazer o investimento e tinham que ser eles a forçar um bocadinho essa questão, tal como noutras zonas que tinham vindo a fazer, por exemplo, na freguesia de Gâmbia, onde havia sítios em que também, às vezes, era difícil que fizessem intervenção.
Portanto, a questão da pista também estava a ser estudada porque, como sabiam, aquilo tinha aquela parte principal e depois, lá para dentro, não tinha. Aquilo tinha um plano associado, essa é que era a verdade - de que, também, ninguém tinha falado ali -, um plano falhado, associado a todo aquele território, que, depois, não tinha chegado a ser desenvolvido. Provavelmente, todas as questões relacionadas com iluminação pública naquele espaço estariam consagradas, realmente, nesse local.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era só para dizer que o candeeiro da Avenida dos Ciprestes tinha sido recolocado no dia posterior.

Sra. Presidente – Disse que já tinham pedido, mas, depois, tinham levado um "berrozito". Infelizmente, tinha que ser assim, às vezes, em alguns setores, senão não andava.
Em resposta às questões que o vereador tinha colocado, em relação à Comenda a vereadora já tinha respondido. Estavam a ser feitos embargos e bem, porque aquilo era um abuso que não parava.
Quanto à Feira de Sant'Iago, iria realizar-se se as condições da pandemia permitissem. Se não houvesse recaídas, em princípio, estava tudo a ser programado. Já estavam lá colocados equipamentos definitivos: as casas de banho, a parte do espaço administrativo, para a Comissão da Feira funcionar em vez de estar em contentores. Estavam sempre em contentores e já estavam num edifício que tinha camarins, que tinha casas de banho para os artistas e que tinha parte administrativa. Estavam colocados, também, alguns bares já definitivos, para não se estar sempre a tirar e a pôr e a alugar, de madeira, tudo enquadrado na paisagem. Portanto, como já tinha dito, também as casas de banho, uma série de casas de banho, também iam ficar já definitivas. Ia ser colocado um pórtico e uma vedação na parte frontal, já, também, definitiva, que ia ligar ao pavilhão e, também, iam ver se conseguiam fazer, ainda, um espaço entre o pavilhão e as piscinas, um espaço desportivo com 2 campos de padel e um campo de futebol de praia. Ia ligar o pavilhão e as piscinas. Isso estava tudo a ser preparado. Eram coisas definitivas.
Em princípio, a feira seria na última semana de julho e na primeira de agosto, o normal que estava agendada a feira. Iam ver os desenvolvimentos depois da Páscoa, como é que os índices da pandemia se portavam, como é que o Governo podia, ou não, autorizar esse tipo de concentração.
Da nossa parte, estava tudo a ser preparado. Os artistas que tinham sido contratados quase havia 2 anos, eram os mesmos. No ano anterior não puderam, porque não tinha havido feira. Portanto, tinha havido contratos, não tinha havido feira, tinham sido pagos a 50 por cento, de acordo com aquilo que tinha sido pedido pelo próprio ministério. Tinham pago 50 por cento, para ajudar esses artistas. Era pagar o resto e atuarem, o cartaz era o mesmo. Iam ver, depois da feira, como é que as coisas se desenvolviam. Em princípio, a manter-se aquele registo, a feira iria acontecer.
O forte de Albarquel estava pronto. Não estava pintado por fora para evitar os grafitis. Estava pronto, estavam à espera que pudesse vir de Londres a Lady Hamlyn. Como sabiam, a fundação tinha pago uma parte substancial daquela obra e, portanto, não era justo abrir a

obra sem estar presente a sua principal responsável, a Lady Hamlyn. Não ia haver festival de música, porque aquela inauguração deveria coincidir com o festival de música, mas como não tinha havido preparação do festival de música, ia haver só alguns concertos na altura da abertura, que se previa ser a meio de maio. Também estavam à espera de baixar um pouco mais o índice de contágio em Londres, para ela poder vir, até porque era uma pessoa que já tinha uma idade avançada e, portanto, para vir com mais alguma segurança aí a partir de maio. Dentro de 15 dias poderiam abrir, mas não iam abrir sem ela.
O estacionamento não era nosso mesmo. Aquele estacionamento era mesmo da Comenda. De qualquer modo, tinham mandado um projeto para a fundação, para a Seven. Portanto, estavam à espera que houvesse alguma abertura, porque lhes tinham dito que aprovavam a língua que lá estava de estacionamento, a antiga, para mandarmos para lá um projeto, para ver se era aprovado. Já tinha ido para lá havia um mês, para aí, e ainda não tinham resposta. Portanto, era para ver se mantinham, pelo menos, o mesmo número de estacionamento naquela língua, porque aquilo era mesmo da Seven, era da Comenda.
Relativamente às passadeiras, de acordo com o projeto da obra estavam aquelas passadeiras, que eram mais resistentes e que evitavam o desaparecimento das riscas das passadeiras e, portanto, estarem sempre preocupados: *"Já não se vê, temos que ir pintar e tal"*, porque as outras eram mais resistentes. Era isso que estava no projeto e tinha sido isso que o empreiteiro tinha feito. A tendência era, de facto, colocar mais esse tipo de passadeiras, porque esse tipo de passadeiras era mais resistente, por todos os motivos. As cadeiras de rodas também passavam lá bem. Também passavam na Avenida Luísa Todi e não passavam ali? Tinham que ver como é que aquilo ficava, para saber se podia haver alguma faixazinha. Podia ser que pudesse ter alguma faixa para as pessoas passarem.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, para além das passadeiras, existiam várias associações de pessoas com mobilidade reduzida que tinham produzido vários documentos sobre a questão das acessibilidades nos passeios públicos. A questão das passadeiras em calçada grossa, que era o granito, também tinha abatimentos ao longo do tempo e, efetivamente, era um problema para as pessoas de mobilidade reduzida. Aliás, isso já tinha sido ali discutido havia uns anos, 2 ou 3 anos, e a Câmara até tinha assumido. Lembrava-se que o Vereador Carlos Rabaçal tinha dito que, efetivamente, iriam deixar de fazer. Aliás, achava que as últimas que se tinham feito tinham sido ao pé do Pavilhão do Vitória, na rua lateral ao estádio, em frente ao pavilhão. Tinha sido aí, mas, depois disso, já tinham feito outras sem ser em calçada e, naquele momento, enfim, com alguma estranheza, tinham visto que, efetivamente, mesmo para as trotinetes elétricas, para aqueles meios que queriam que se potenciassem em termos de mobilidade sustentável, não era uma boa solução. Era bonito e era tradicional português. Não existia em mais lado nenhum do mundo a calçada à portuguesa, como nós tínhamos.

Sra. Presidente – Disse que aquilo não era bem calçada.

Sra. Vereador Paulo Lopes – Disse que era calçada à portuguesa, só que em blocos.

Sra. Presidente – Disse que aquilo eram paralelos que existiam em todo o lado.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que não existia em todo o lado, mas aquilo fazia parte, também, da calçada à portuguesa. Não existia em todo o lado daquele tipo passadeiras. Aliás, mesmo para as motas, motociclos, etc, aquilo era um piso péssimo. Quando estava molhado era péssimo. Portanto, enfim, deixavam ali o alerta, para que fosse pensada, em futuras intervenções, porque, do ponto de vista da mobilidade, de pessoas com mobilidade reduzida, efetivamente, era um problema. As senhoras dos saltos altos eram um problema acessório.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que pedia desculpa por ter chegado um pouco atrasado, mas tinha estado na reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil. Em relação à questão das calçadas, das passadeiras, aquelas passadeiras eram uma questão insolúvel, praticamente. Porquê? Porque a pintura de melhor qualidade que existisse, aquela que tinha, até, uma certa altura, etc, em um mês, mês e meio, numa via de grande trânsito, desapareciam, ficavam sujas. Já tinha havido tempo em que havia um investimento muito grande em carros que limpavam as ruas, etc, e, depois, tinha-se verificado que isso também levantava as tintas. Portanto, a única solução era estar a pintar aquilo sucessivamente. Eram centenas de milhares de euros anuais.
Tinha tido uma conversa com vários colegas, de vários municípios, que tinham o mesmo problema e diziam que não havia solução. Uns lavavam, outros pintavam e iam-se safando. Aquilo que se mantinha, de facto, mais perene, só mesmo aquelas de calçada, que eram brancas e negras, e que, mais sujas ou menos sujas, viam-se sempre e funcionavam sempre. Tinha esse problema da mobilidade, aliás, como tinha o problema da mobilidade toda a calçada portuguesa.
Tinham no Troino nascente aquela rua central, a Rua Fran Paxeco, que tinha duas línguas de betuminoso e calçada. As pessoas circulavam em cima do betuminoso. Porquê? Porque a calçada era mais desconfortável, sobretudo para as pessoas mais idosas. Mesmo antes dessa requalificação que estavam a acabar de fazer dos Combatentes tinham pessoas que tinham deixado de circular nos Combatentes por causa da degradação em que estava a calçada e circulavam por dentro do Troino nascente, porque aquilo estava mais amigável. Pensava que se podia pensar - os arquitetos também existiam para isso e os especialistas de mobilidade - numa solução que combinasse essa solução de calçada grossa, por exemplo, numa das extremas uma via normal ou no centro uma via normal. Enfim, isso era uma coisa que tinha que se pensar, porque era um problema que não era português, era da Europa toda. Ninguém tinha solução para isso. Por todo o lado havia calçada, outros pintavam, etc. Ninguém tinha uma solução clara para isso.
O que podia dizer era que o incómodo da calçada grossa era melhor que a inexistência de pinturas, porque a inexistência de pinturas é que era mesmo perigosa. Como tinha dito, na rotunda dos peixinhos, a rotunda junto dos correios, em 2 meses tinham desaparecido as passadeiras, tinham desaparecido completamente em metade da via, não tinha sido em toda a via. Portanto, era essa a situação que havia com as passadeiras. Era um problema, porque os pneus estavam mais moles, largavam mais borracha e havia mais poluição. No caso concreto de Setúbal, tinha crescido imenso o trânsito, porque havia mais gente que cá vinha. Havia mais gente com mais capacidade financeira e, também, tinha mais carros. Portanto, era um cocktail de temas que acabava por complicar muito essa coisa simples que eram as passadeiras. Era uma matéria em que até podíamos, aqui, em Setúbal, proceder, eventualmente, a alguma inovação, mas tínhamos de ter cuidado com a inovação, porque as passadeiras e tudo o que era mobilidade e trânsito tinha regras muito estritas. Qualquer coisa que fizessem, que saísse ao lado das regras, em qualquer acidente, a Câmara seria responsabilizada.
Portanto, tinha que se ver bem como é que se fazia isso, se se podia combinar materiais, se se podia fazer essas soluções. Podiam, talvez, pensar nisso. Estava ali um desafio para os serviços pensarem nessa matéria e, até, fazerem coisas mais amigáveis, mas que fossem eficientes e que não fossem tão caras, porque pintar era muito caro, eram centenas de milhares de euros.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação ao Dia Nacional do Estudante e ao Dia Nacional da Juventude, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 8:

"Saudação
Dia Nacional do Estudante e Dia Nacional da Juventude — 24 e 28 de março

As palavras são hoje um paradoxo múltiplo: tanto incendeiam, transformam, apaziguam, contendo uma força inesgotável, como, e apesar disso, são de uma duração e peso estranhamente efémeros.
A preocupação com que vemos cada vez mais crescentes e difundidos movimentos cujas ideias ameaçam a liberdade, assentam na opressão, intolerância ao outro, informação tendenciosa e mentira dissimulada.
Vivemos entre a Obsolescência Programada (que é muito mais ampla do que o tempo de vida previsto dos objetos) e o Síndrome do Pensamento Acelerado: milhões de ideias ansiosamente geradas por segundo num mundo por comprar, controlar, compreender. Num mundo a braços com uma crise pandémica para a qual nenhuma superpotência revelou estar preparada e que expôs debilidades em todas as frentes: económica, cultural, social, educativa.
Um tempo que – conjugando a imprevisibilidade da "besta" e a fraca capacidade de organização registada um pouco por todo o mundo – é campo fértil para o cultivo da palavra que chama e prende, que mente e manipula. Estamos por isso, talvez mais do que nunca, perante um tempo em que, numa palavra (a de Eugénio de Andrade), é URGENTE o amor.
Um amor que, como a história prova, não tem conseguido destruir certas palavras, e que precisa de ser ensinado em casa, na rua e na escola, onde quer que esta comece. E por isso a escola não pode ser ela própria o portal que divide, que ensina que afinal não temos todos os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, um acesso igual ao conhecimento. Porque esta é a nossa realidade, não temos todos as mesmas oportunidades.*
Fragilidades talvez as tenhamos sempre, as mesmas ou novas. Mas os momentos de crise colocam a nu o que às vezes vai passando sem grande alarde.
Não estamos só a falar da despreparação tecnológica (não é de uma segunda vaga de Magalhães que se trata), estamos a pedir que o sistema educativo seja pensado tendo como sumo objetivo a concretização do conhecimento e do espírito crítico que conduzem ao livre arbítrio, ao indivíduo consciente, ao coletivo generoso. E isso não pode assentar em fossos de desigualdade tão pungentes.
Numa altura em que se fala tanto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tenhamos na Educação de Qualidade não um chavão que se repete em discursos e se projeta no tempo como um sonho distante, mas uma praxis diária, inclusiva, equitativa e URGENTE.
A liberdade passa, certamente, por aí.
E a celebração do Dia do Estudante e da Juventude também.
**in É urgente o Amor, Eugénio de Andrade."*

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que se iam associar, naturalmente, à saudação e frisar, pelo menos da sua parte, que tinha nascido em 1973 mas já tinha nascido em liberdade, porque, quando começou a ter acesso à educação, quando começou a ter acesso à saúde, já tinha sido num projeto pós-25 de Abril e, portanto, isso tinha feito toda a diferença.
Podia dizer que ele e o seu irmão tinham sido os primeiros da sua família a ter um curso superior. Isso tinha sido possível graças a isso, tinha-lhes dado a liberdade e tinha sido graças à liberdade que tinham tido acesso a uma melhoria contínua dos cuidados de saúde brutal do que tinha sido o antes e o depois. Portanto, sem dúvida alguma que se identificavam com esse conceito de liberdade e daquilo que era, associada à educação, à saúde, que urgia continuar a explorar e a potenciar.
O Partido Socialista tinha um ADN que era, claramente, a favor da escola pública, a favor da saúde e, também, do Serviço Nacional de Saúde para todos, de forma a diminuir essa desigualdade. Obviamente, depois, eram confrontados com o dia-a-dia e com as ações que era preciso tomar e que entendiam que deviam ser tomadas, mas era por aí que passava, realmente, a liberdade, era para termos acesso e para sermos iguais nas oportunidades.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, naturalmente, ia associar-se àquele voto e, até, elogiar um ponto fundamental que tinha sido colocado, porque a educação e os números da educação não eram apenas os números de quem andava na escola, eram, também, os

números de quem aprendia e ali não se fazia referência aos números, mas fazia-se referência a um ato fundamental do nosso país - depreendia-se isso daquele texto - que era a literacia.
A literacia era fundamental, porque isso é que era empregar os instrumentos da educação para uma série de decisões que tínhamos pela vida, não só políticas, como era evidente, mas muitas outras. A literacia fazia muita falta ao nosso país e, portanto, queria elogiar por esse prisma, que achava que ali estava refletido. Apesar de não estar expressamente colocado, achava que esse espírito estava ali presente e, portanto, naturalmente, por essa via, queria associar-se, em nome do PSD, àquela saudação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria, apenas, acentuar ou pautar que se tratava de uma saudação a propósito do Dia Nacional da Juventude e do Dia Nacional do Estudante. Portanto, eram importantes, de facto, essas referências e, sobretudo, naquela casa da democracia, que todas as forças partidárias tivessem consciência de que aquele tempo não tinha que ser, necessariamente, um tempo traduzido na perda dos direitos e das liberdades. Era um sintoma que tinham querido acentuar naquela mesma saudação, que tínhamos todos essa responsabilidade e esse compromisso de garantir a liberdade às novas gerações, em particular à juventude, que eram o pulsar dessa mesma liberdade.
Por isso essa importância de vincar que aquele tempo tão incerto e tão indefinido não podia deixar, de forma alguma, para trás, essas liberdades que o vereador Paulo Lopes tinha referido ou a questão que o vereador Nuno Carvalho também tinha acentuado, a propósito dessa condição ímpar que era a educação, mas a condição sempre com esse azimute, em que a liberdade exprimida por aquelas novas gerações não podia ser coartada por aquilo que eram as preocupações que aquele tempo, também pandémico, podia pôr em causa. Por isso, era pela juventude, também, que iam continuar a construir a liberdade que tão importante era naquela casa da democracia.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Nelson Paes Pereira, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 9:

"Voto de Pesar pelo Falecimento de Nelson Paes Pereira
Faleceu no pretérito dia 13 de Março do corrente ano, o senhor Nelson Paes Pereira, vítima de Covid-19.
A sua morte prematura aos 74 anos causou um sentimento de dor e consternação, junto dos seus familiares, amigos e população em geral, muito em parte pelo facto de ter sido uma pessoa bondosa, humilde, trabalhadora que deixou um legado indelével no sector da restauração.
Ao longo de toda a sua vida, este mesmo homem destacou-se como sendo um exemplo de vida, coragem e determinação, em grande parte derivado ao seu notável empenhamento esmerado e à sua luta resiliente como empreendedor que tanta falta nos irá fazer no futuro. A cidade as suas gentes ficaram mais pobres com a sua partida, pelo que é com um grande sentimento de perda, que se propõe um Voto de Pesar pelo falecimento deste respeitado amigo e empresário.
Assim sendo, o Partido Social Democrata apresenta desde já as mais sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente esta sua ausência. É com um grande sentimento de tristeza e perda, que se propõe um Voto de Pesar pelo falecimento deste grande senhor."

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava, naturalmente, àquele voto de pesar pelo desaparecimento do "Nelson do Quintal" (era assim que era conhecido). Era uma grande perda para a restauração da cidade, era um homem empreendedor, empenhado e, acima de tudo, era um bom homem, educado, com saber estar, que fazia amigos. Portanto, também tinha perdido um amigo com o desaparecimento do Nelson e, por isso, era mais que justo aquele voto de pesar apresentado pelo Vereador Nuno, ao qual se associavam, naturalmente.

Sra. Presidente – Disse que a CDU se associava àquele voto de pesar. Era um homem da cidade, um homem conhecido e respeitado por todos, independentemente do partido que cada um tinha a legitimidade de defender, de representar. Era um homem que tinha a sua casa para todos.
Especialmente era a casa dos partidos, onde todos faziam os seus jantares, os almoços, os casamentos, os encontros. Achava piada porque ele, às vezes, ria-se e dizia: *"Ontem esteve aqui o partido tal, hoje vêm vocês, amanhã vem o partido..."* Quando chegava às eleições era normal, por causa do seu espaço.
Era um homem que a todos tratava bem e, por isso, era respeitado também por todos. Ele fazia a mesma deferência ao A, ao B ou ao C, independentemente de ter a sua opção ideológica, o seu gosto, que era assim que era a liberdade e era a democracia. Um homem respeitado, querido, também, pelos mais idosos. Era, também, uma casa que protegia e protege as pessoas mais idosas, com quem tinha alguns protocolos, uma casa da cidade. Aquela era a casa da cidade.
Era um homem que, de facto, era conhecido pela cidade e respeitado por todos. Tinha sido mais uma vítima daquela maldita doença, daquela maldita pandemia, que não tinha conseguido superar, não tinha conseguido vencê-la. Portanto, propunha um minuto de silêncio.

Fez- se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 03 de março de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

2. Deliberação n.º 69/21 – Proposta n.º 03/2021 – GAP – Empreitada – "Unidade de Saúde Familiar de Azeitão" – Ratificação do Despacho n.º 33/2021/GAP

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 70/21 – Proposta n.º 04/2021 – GAP – Permuta de Imóveis - Parque Sant´Iago.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.ºs 12 a 15.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinham algumas questões, que não constavam na proposta e, pensavam que poderiam contribuir para ajudar a compreender melhor a razão pela qual a câmara tinha decidido, naquele momento, proceder à compra daquele terreno.
Não estava explicado, do ponto de vista financeiro, as razões que tinham levado a câmara a adotar aquela decisão de compra. O proprietário tinha arrendado à câmara, uma utilização anual, na proposta não constava qual tinha sido o valor, mas mais à frente, na avaliação do

terreno, dizia que eram trinta mil euros anuais. Aquilo que gostaria de perceber era o que tinha levado a câmara a preterir manter o arrendamento, em termos de ganhos, quais tinham sido os ganhos para preterir o arrendamento, trinta mil euros para aquela área, não era nada do outro mundo e optar pela compra que onerava o município em oitocentos mil euros.
Também não tinha sido dito, e como tinha sido feita uma resenha "um bocadinho histórica", o que tinha levado a câmara municipal, na altura da insolvência da associação, a não adquirir o terreno. Quais tinham sido as razões e qual tinha sido o valor de venda do terreno naquela altura. Pensava que era importante, para perceberem a evolução, em termos de imobiliário e de decisões que se tomavam, ou não, em determinado momento, que posteriormente podiam ser vantajosas ou não.
Adquirindo o investimento, a senhora Presidente tinha dado um lamiré de alguns investimentos que iam ser feitos, nomeadamente dois campos de *padel,* ao lado, mas em termos de plano de investimentos previstos para o local, havendo a aquisição daquele terreno o que é que estava previsto em termos futuros, porque achava que fazia sentido quando se comprava e se gastavam oitocentos mil euros a comprar um terreno daqueles que houvesse um plano de investimentos futuros para aquele terreno.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que algumas das questões que queria colocar, o senhor vereador Paulo Lopes já tinha colocado, mas havia uma em concreto, que quis retomar. Relativamente à questão da associação Parque Sant´Iago, se não estava em erro, aquilo era uma associação, mas pensava que os direitos de voto ou as responsabilidades da câmara correspondiam a cerca de 40% daquela associação, se não estava em erro. Era evidente que aquilo que tinha sido o custo com a insolvência ou a massa da insolvência que dali tinha saído e depois tinha permitido a aquisição daquele terreno era relevante. Em princípio, a câmara sabia porque valor é que aquele terreno tinha sido comprado, à associação ou à massa falida, porque pertencia à associação, saber essa informação seria muito útil.
No que dizia respeito aos terrenos que a câmara estava a ceder, eles tinham solicitado a caderneta predial, pensava que era assim que se chamava, das finanças. O valor que vinha registado nas finanças nem sempre era o valor que correspondia àquilo que era o valor de mercado, isso era uma das velhas questões, o coeficiente de localização para umas coisas beneficiava bastante os municípios, não era só o caso de Setúbal, mas para outras, naquele valor da aquisição convinha irem mais pelo valor do mercado, portanto, até conseguia compreender porque é que o valor ali estava abaixo. Mas no que dizia respeito àquilo que era a "aquisição", porque ali havia uma aquisição sim, não era uma compra, por parte da câmara municipal, daqueles terrenos, face ao valor que estava registado nas certidões o valor já era colocado para cima. Na avaliação que era feita, e não era perito na área, daí estar a perguntar, não conseguia compreender porque é que numa ótica se parecia aproximar aquilo que era mais uma tendência de mercado e de facto ir um bocadinho mais abaixo do que estava nas finanças, não conseguia compreender o que é que potenciava o valor e, o fazia ir para cima, no caso dos terrenos, que eram os terrenos da feira de Sant´Iago, para simplificar a designação. Em particular, também naqueles terrenos, havia um imóvel que era valorizado, era o tal imóvel, pelo que percebia e percebia muito pouco daquilo estava em grande desvantagem, face ao senhor vereador Paulo Lopes e face à senhora Presidente que tinha aquele pelouro, o imóvel que estava dentro do terreno, também tinha uma caderneta e também era valorizado, o valor que lá estava contemplado, aquele imóvel que pensava que era o imóvel da sala de espetáculos, do palco, tinha uma valorização que lhe parecia um bocadinho exagerada e um bocadinho estranha. Essa valorização, combinada aos restantes imoveis, ao terreno, permitia ascender aquele valor de oitocentos mil euros, caso contrário assim não seria, questionou se estava a compreender bem, estavam a falar do imóvel que estava dentro do terreno e que servia de espetáculos, etc., e que tinha aquela avalização que era significativa, o terreno estava em quatrocentos mil euros o outro pensava que eram trezentos mil euros, aquilo faria sentido, seria assim, o imóvel que estava lá dentro valeria aquilo tudo, parecia-lhe um bocado estranho, mesmo tendo uma licença para espetáculos,

estava lá dentro, já era estranho estar dissociado em duas coisas, porque era um imóvel que estava lá dentro, mas um era rustico o outro não, talvez existisse alguma justificação técnica para isso, mas depois a valorização que era feita por esse próprio imóvel era significativamente elevada e dai a sua pergunta, porque apesar da avaliação do perito, a nível de mercado, não conseguia perceber aquela justificação.

Sra. Presidente – Disse que em 2017 quando se tinha dado a insolvência da associação Parque Sant´Iago, havia a expectativa de ficarem com aquele terreno por trezentos e tal mil euros. Até ao valor de trezentos e cinquenta mil euros poderiam chegar, se passasse desse valor tinham que ir para Tribunal de Contas. Com a hasta pública que estava a decorrer, não tinham tempo para irem para Tribunal de Contas. Era espectável que aquilo tivesse ficado deserto, a informação que tinham por parte do gestor de insolvência, era que aquilo iria ficar deserto e depois poderiam fazer a oferta dos trezentos e cinquenta mil euros, mas não ficou deserto, apareceu uma senhora angolana que ficou com aquilo para especulação. Eram dois lotes, a outra parte do terreno era da câmara municipal, e a senhora tinha percebido que não poderia construir ali nada, porque se construísse o valor do terreno seria muito superior. Aquele terreno era do IHRU, e quando tinha sido vendido à Associação Parque Sant´Iago, era para a feira, como não se podia construir, o valor pelo qual o IHRU tinha vendido à Associação Parque Sant´Iago tinha sido um valor baixo.
Se eles permitissem, com a alteração do PDM, ou algum Plano de Pormenor, a construção de edifícios, que era o que a senhora queria no início, o IHRU tinha que fazer uma reavaliação do imóvel, aquilo tinha sido por um baixo custo, para não ter construção, era para um espaço de uma feira e se passasse a ter outro tipo de construção, eles não poderiam sequer autorizar, mas tinha que ser reavaliado o valor. A senhora decidiu ficar só como o terreno e, ficando só com o terreno para arrendar à câmara municipal, só pelo período da feira, os trinta mil euros não eram para o ano, era só para o período da feira.
De facto, tinham feito ali outros eventos e não lhes tinham cobrado nada, por simpatia de quem geria aquele espaço, em nome daquela senhora. Já lá tinham feito coisas com os idosos, já lá tinham feito outras coisas, mas os trinta mil euros que pagavam religiosamente, desde 2017, era só para aqueles 15 dias da feira, mais uma ou duas semanas, para montagem e desmontagem.
Tinham um projeto muito ambicioso para aquele espaço, no ano anterior, a pessoa que geria aquilo tinha dito: *"nós vamos fazer isto assim, assim, os tais camarins, porque queremos começar a cobrar outro tipo de renda, se aquilo tiver outras infraestruturas, as casas de banho fixas e isto e aquilo, a renda é outra"*. Nessa altura começaram a ficar preocupados, com outro valor de renda, com aquelas infraestruturas e, tinham dito:" *vocês põem essas infraestruturas e nós compramos o espaço, já com essas infraestruturas, vamos pôr outras infraestruturas nossas, mas já com essas infraestruturas vamos avaliar isto tudo, não havendo dinheiro pode haver permuta"*. Tinha sido isso que tinha acontecido, tinha havido permuta pelos outros lotes de terreno que de facto tinham condições de edificabilidade, porque os da Nova Azeda tinham condições de edificabilidade, aqueles não. Portanto, passariam a alugar-lhes, não por trinta, já com os equipamentos, mas se calhar por cem ou mais. Tendo em linha de conta que gostariam de ter ali um pavilhão para exposições permanentes, o ano todo, da parte da Direção Geral de Viação, já tinham visto com eles fazer um alargamento todo da feira e, fazerem ali uma data de atividades o ano inteiro. Justificava-se aquela permuta, não haveria entrega financeira, haveria entrega daqueles dois lotes, justificando-se assim aquela permuta. Tinha sido aquilo que tinha estado na génese, estava preparado, tinham um projeto idealizado para um pavilhão na outra ponta, sendo que aqueles dois parques desportivos, aqueles dois espaços desportivos, o campo de futebol de praia e o *padel*, a piscina e o pavilhão, ficando aquilo tudo com mais um pavilhão, do outro lado, para espetáculos ou para exposições temporárias, ou de carros ou de mobiliário, ou disto ou daquilo, fazia sentido aquilo ficar tudo junto e, decidiram então ir por aquela aquisição, dessa forma.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Agradeceu os esclarecimentos dados pela Senhora Presidente, disse que gostaria de ter tido outros esclarecimentos, por isso tinha pedido a certidão do registo predial e confessou que não estava ali a esmiuçar questões que eram de detalhe e, que levariam sempre à mesma posição, porque era uma opção política a aquisição daquele terreno e havia uma visão política por detrás daquilo. Havia, efetivamente, questões de detalhes, no que dizia respeito à transação, que a Senhora Presidente tinha esclarecido, outras dúvidas que pudessem existir quando viesse a certidão achava que seriam facilmente esclarecidas, mas no que dizia respeito aquilo que era a ótica que eles tinham, ao custo de oportunidade, àquilo que era decidir aplicar dinheiro ali, em vez de o aplicar noutro sitio, já era conhecida a sua visão e a visão do PSD, nesse mesmo sentido não acompanhariam com voto favorável, mas achava importante dizer isso, porque as questões que tinha colocado tinham sido questões de detalhe e, para não ficar associado uma coisa à outra, se dúvidas houvessem ainda sobre aquela matéria, a documentação que pudesse vir ajudaria a esclarecer, sobre aquilo que era a opção politica deles, naturalmente não votariam a favor.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 voto contra, do PSD.

4. Deliberação n.º 71/21 – Proposta n.º 05/2021 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – 2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 16 e 17.

Não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu-a a votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados, conforme lista anexa à presente ata, sob o registo n.º 18:

Medalha de Prata da Cidade
- S. Domingos Futebol Clube - Atribuída, por unanimidade;
Medalha de Honra da Cidade
Classe Desporto
- Pedro Pablo Pichardo - Atribuída, por unanimidade.

5. Deliberação n.º 72/21 – Proposta n.º 12/2021 – DAF/DICOMP/SECONT – Concurso Público para concessão do direito de exploração de cafetaria/bar do Edifício dos Ciprestes

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 73/21 – Proposta n.º 13/2021 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.

7. Deliberação n.º 74/21 – Proposta n.º 14/2021 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 4 abstenções do PS e do PSD.

8. Deliberação n.º 75/21 – Proposta n.º 06/2021 – DCIRT/DITUR – Proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Direção Geral da Autoridade Marítima/Capitania do Porto de Setúbal no âmbito da gestão das praias marítimas

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e27.

Sra. Presidente – Disse que a capitania tinha tido uma postura fantástica e aproveitou para a saudar.
A partir do dia 1 de janeiro, todas aquelas competências da capitania tinham passado, de acordo com a Lei, para a Câmara Municipal. Pareciam fáceis, mas não eram assim tão fáceis, eram de várias áreas. No entanto, relativamente à gestão das praias, a capitania tinha-se prontificado a fazer um protocolo com eles, no sentido de lhes dar formação e acompanhamento na transferência daquele processo. Isso era de saudar e para registar, porque mais nenhuma entidade que tivesse ficado sem determinada área que tivesse passado para a câmara municipal, tinha tido aquele tipo de postura.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 76/21 – Proposta n.º 04/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas inerentes a "Pedido de autorização de alteração de utilização de uma fração", de ginásio para serviços

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 77/21 – Proposta n.º 05/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de licenciamento de obras de construção de edifício destinado a lar residencial e centro de apoio ocupacional da APPACDM

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 78/21 – Proposta n.º 06/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida pela entrada do pedido de informação prévia para construção de um edifício destinado a apoio social

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 79/21 – Proposta n.º 07/2021 – DURB/DIPU – Plano Estratégico Setúbal Cidade do Conhecimento

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 36.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que aquele território era um território que ao longo de várias décadas tinha tido vários projetos para serem instalados ali. Era um território com enorme potencial, mas confessou, que a concretização daquele projeto lhes deixava algumas dúvidas.
Em primeiro, a natureza do conceito era muito lata, não pôs em causa o documento que tinha sido ali apresentado, era feito por uma das empresas mais bem cotadas no país naquele tipo de documentos, mas não havia dúvidas que era um conceito muito lato e ao mesmo tempo muito específico, para sectores que tradicionalmente não tinham apostado naquela região. Por um lado, era muito interessante, ver se os conseguiam captar para ali, mas por outro lado a tendência não tinha sido essa. Já se tinha tentado implementar aquele tipo de conceito, de projeto, pelos mesmos promotores, noutra localização e não tinha corrido muito bem. Também estavam a tentar implementar, presentemente, aquele tipo de conceito em territórios ali perto, o que ia fazer uma certa concorrência. Não era nenhuma provocação, era uma realidade, tinha saído essa notícia naquele dia.

Sra. Presidente – Disse que não tinha nada a ver com aquilo.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que também tinha, um era cidade do conhecimento, outro era cidade da inovação.

Sra. Presidente – Disse que nem sabiam o que é que era, essa é que era a diferença.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que também achava que aqueles promotores não sabiam bem o que é que aquilo ia ser, iam tentar vender alguma coisa.

Sra. Presidente – Disse que sabiam.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que não ia discutir outros projetos, estavam a discutir aquele que ali estava. Não tinha sido uma provocação, tinha sido para dizer que era uma realidade, que existiam outros projetos, não só ali, no país inteiro, existiam vários municípios interessados. Almada com a Universidade Nova, tinha vindo num jornal naquele dia, a dizer que iria apostar na apresentação de um projeto similar.
O que fazia com que tivessem algumas dúvidas sobre aquele projeto era a natureza dos próprios terrenos, as entidades financeiras, que eram proprietárias e, que queriam vender o terreno. Com a escala que aquele projeto tinha, a complexidade dos objetivos, se aparecesse, entretanto, um outro interessado, que quisesse adquirir para uma outra coisa diferente e se chegasse ao pé do banco, não lhe parecia que o banco não vendesse, o banco queria era vender, não sabia se também isso não iria criar alguma instabilidade no processo.
Portanto, tinham algumas dúvidas que eram legítimas, até porque durante a apresentação do concelho que tinha sido criado, para a elaboração daquele documento, não tinha sentido grande envolvência dos vários atores que poderiam estar mais envolvidos e, não se estava a referir aos técnicos da câmara municipal, referia-se a outros agentes, não sabia se a Senhora Presidente tinha sentido isso, mas tinha sentido pouca interação, não havia grande interação dos vários agentes que estavam presentes no concelho, a proporem, a estarem envolvidos, pode ter sido só nas reuniões e, depois na prática estarem mais envolvidos, mas não tinha sentido, da parte dos vários agentes, que constituíam o concelho, estarem ali de forma muito convicta que aquele projeto fosse mesmo a terreiro, era a sua precessão das coisas, das reuniões em que tinha estado presente.
Levantou duas questões, uma do domínio de interpretação jurídica e outra política.
Para aquele território tinha sido aprovado, no passado, um Plano de Pormenor, que tinha tido como base uma decisão camararia, atribuição de utilidade pública a um determinado projeto, que era a construção de um parque desportivo. Na altura não era vereador, mas tinha acompanhado pela comunicação social o que saía e, tinha havido uma deliberação, em que atribuía àquele plano, que era a "Nova Setúbal", que tinha um parque desportivo e com isso tinha sido atribuído um estatuto de utilidade pública, que tinha permitido abater uma parte significativa de montado, para um determinado fim. Do ponto de vista jurídico, questionou se tinha ficado algum ónus sobre aquele território, que mais tarde alguém pudesse vir a levantar. Tinha havido uma determinada decisão, da câmara e da assembleia municipal, não sabia se tinha sido por unanimidade, possivelmente não tinha sido, tinha sido por uma maioria, que tinha atribuído essa decisão de estatuto de utilidade pública, que tinha permitido que o Plano de Pormenor tivesse sido executado e aprovado e, uma das consequências tinha sido o abate de montado, que tinha acontecido imediatamente. Questionou se tinha havido algum ónus que tinha vindo dali, sobre aquele território e que se mantinha, essa era a questão jurídica.
A questão do ponto de vista político, depois de ter sido feito todo aquele percurso e, imitido aquele estatuto de utilidade pública para esse território, com um determinado fim, aquele plano não ter nada, nem nas suas orientações, nem nos seus conceitos, orientados para a introdução de equipamentos desportivos que servissem o interesse público naquele território, não seria uma falha do próprio plano. Eram essas as duas questões que tinha, não sobre o plano concretamente, porque achava que a equipa, pelo menos tinha um nome muito grande e tinha um responsável que tinha acompanhado a AML e a CCDR naquilo que iriam ser os futuros investimentos nos quadros comunitários, etc., o *Pitroda Group*, tinha escolhido bem a pessoa e a empresa, mas existiam aquelas duas questões.

Sra. Presidente – Disse que o senhor vereador tinha sentido que não tinha havido grande acompanhamento, mas de facto tinha havido um grande, grande trabalho. Tinha havido trabalho com ela, com os técnicos, com a equipa do *Sam Pitroda,* junto daquelas entidades

todas. Tinham reunido com aquelas entidades todas, a AML, a CCDR, a AICEP, tinham reunido com todos e todos tinham dado as suas opiniões, o seu acompanhamento.
Tinham feito a anulação do outro plano, no PDM e, aquilo já estava no novo PDM, o outro tinha saído, tinha sido anulado com o *Millennium BCP* e aquele projeto já estava no novo PDM. Estando no novo PDM, já estava com as mobilidades, tudo contemplado, tinham aquele Plano Estratégico e sabia-se o que se queria daquilo. Ao contrário de outros, que não tinham nem um técnico da câmara numa comissão de avaliação, ou de acompanhamento, nem um, o senhor vereador tinha falado no de Almada e por isso respondeu, não tinham nem um técnico da câmara, tinham as pessoas da comissão de acompanhamento, que eram quatro ou cinco pessoas, que eram os dois proprietários mais a FCT, que é quem tinha liderado o projeto, já sabia de tudo, porque a FCT já a tinha chamado para fazer uma reunião e para lhe dar conhecimento, não estava ali a dizer nada que não fosse público. Não havia um técnico da câmara que fizesse parte de uma comissão de acompanhamento, não havia PDM, não havia Plano Estratégico, não havia Plano Rodoviário de Mobilidades, não havia Plano de Tráfego, nada, zero, a não ser a visibilidade. Não havia comissão de acompanhamento, não havia nada, tinha perguntado à FCT, o que é que a câmara tinha que ver com aquilo, como não havia alteração de PDM, porque aquilo tinha *RAN*, *REN,* menos no espaço da FCT, estavam a apresentar um projeto imenso, de uma *Innovation District,* eles tinham mais do que a *Innovation District* e já tinham feito um ano e tal de trabalho, com toda a gente que tinha que estar naquilo, a câmara tinha que estar numa coisa daquela natureza, mas lá não estava.
O senhor vereador tinha comparado aquilo com o que estava ali feito e isso era uma ofensa. O senhor vereador tinha dito que aquele não tinha visibilidade e que o outro tinha, era o senhor Secretário de Estado a fazer campanha eleitoral para a Senhora Presidente da Câmara de Almada, a apresentação estava feita era só de um espaço, que a FCT mesmo assim, tinha que alterar usos porque ia lá ter uma pequena superfície, era um LIDL, ou uma coisa qualquer. Aquilo ia tudo para discussão pública, "*ali a bater calçadinha",* para fazer várias discussões públicas, e depois queria saber o que é que aquilo ia dar, aquilo tinha que ser desmontado, aquilo sim era um *flop.* Tinha dito ao senhor vice-reitor, que tinha sido o mentor daquilo, que tinha feito todo aquele projeto e depois os outros sentavam-se ao lado dele para a fotografia, ele não precisava de nada daquilo.
Uma coisa não tinha nada a ver com a outra, aquilo era uma ofensa, aqui havia seriedade ali havia *show off* e oportunismo político. Aqui, haviam aqueles técnicos que eram de primeiríssima água, só cá estavam porque não os deixavam fugir para outras entidades públicas, já os tinham tentado vir buscar, eram de primeiríssima água, eles e outros e aquele grupo do *Sam Pitroda,* como tinha dito o senhor Vereador Paulo Lopes, e bem, eram de primeiríssima água aquelas pessoas que ali estavam tinham sido contratados em representação do *Sam Pitroda,* eram de primeiríssima água, aquilo era sério, não tinham ali secretários de estado, nem ministros, mas aquilo era sério, nada de *show off*.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 80/21 – Proposta n.º 08/2021 – DURB/DIPU/GAP – Abertura do período de Discussão Pública do Plano de Pormenor da Frente Norte da Avenida Luísa Todi

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinha só uma dúvida, não tinha chegado a perceber essa parte e podia ter entendido mal. Novamente, pedia um desconto pelos seus parcos conhecimentos sobre aquelas matérias. A proposta de retirada de zona REN, por

assim dizer, Reserva Ecológica Nacional, daquele território estava relacionada com a intervenção que se pretendia fazer por causa do estacionamento pago. Era isso? É que não tinha chegado a perceber essa parte.
Em regra, onde havia ribeiras, normalmente, era REN. Portanto, haveria outras zonas da cidade e do concelho que, em princípio, seriam. Naquele caso, havia a proposta de retirar essa zona de REN. Naturalmente que isso levava a uma razão e a razão qual era? Porque é que queriam tirar?

Sra. Presidente – Disse que a razão era o estacionamento.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, se a razão era o estacionamento pago, não tinha percebido isso, porque não estava na proposta.

Sra. Presidente – Disse que achava que era isso. O Dr. Vasco Raminhas é que era o homem que fazia essas coisas. Achava que era por causa disso.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, aproveitando a questão do Vereador Nuno Carvalho, parte da Avenida Luísa Todi estava naquela zona que era considerada zona de cheias. Por aquilo que percebia, não tinha a ver com a REN, tinha a ver com a zona de cheias, onde era proibido a todos os imóveis poderem ter estacionamento enterrado. Pensava que a questão era um bocadinho essa. Estando a Avenida Luísa Todi, na sua totalidade ou quase totalidade, categorizada como zona de cheias, o que é que isso colidia com o projeto, que já tinha sido ali aprovado, da construção do estacionamento subterrâneo?

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, normalmente, por regra – era uma pergunta, não tinha a certeza sobre isso -, quando havia ribeiras inseria-se sempre na REN. Achava que era regra, não sabia se era assim ou não. Portanto, percebia-se que se pedisse uma exceção à regra, até se fazia referência a um outro caso, que era o caso de Tomar. A questão, por acaso, até era mesmo por causa das ribeiras. Não sabia avaliar, depois, a questão das cheias ou não, o perigo de cheias. Isso, aí, a APA é que sabia, etc.

Dr. Vasco Raminhas – Disse que, no âmbito da revisão do PDM, tinham tido que proceder à delimitação da REN (Reserva Ecológica Nacional). Como sabiam, o Município de Setúbal não tinha delimitação municipal da REN. Quando o PDM em vigor tinha sido publicado, em 1994, na altura, não se tinha procedido à publicação da Reserva Ecológica Nacional, o que tinha feito com que, durante todos aqueles anos, nos tivéssemos regido pelo regime transitório da REN.
A legislação atual obrigava a que, quando um município desenvolvesse um processo de revisão do Plano Diretor Municipal e não tivesse delimitação da REN publicada, obrigatoriamente, teria que despoletar esse processo, que era um processo independente, autónomo, mas corria em paralelo com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.
Tinham feito os estudos da delimitação da Reserva Ecológica Nacional. Como sabiam, o centro da cidade de Setúbal tinha sido construído, ao longo de séculos, em cima de um leito de cheias, das ribeiras da Figueira e do Livramento, o que fazia com que a própria cidade tivesse esse risco, pelo facto de estar em zona ameaçada por cheias, apesar do Plano de Gestão de Risco de Inundação classificar essa área como de perigosidade baixa. De qualquer das formas, era zona ameaçada por cheias.
O problema que se colocava era que o regime jurídico da REN era muito restritivo relativamente às zonas ameaçadas por cheias, ou seja, havia um conflito entre o interesse de reabilitar e o interesse de proteger ou de evitar riscos, do ponto de vista das cheias. Portanto, era incompatível poderem proceder à reabilitação da Frente Norte da Avenida Luísa Todi se essa área se mantivesse em REN.
De qualquer das formas, na planta de riscos naturais era uma zona ameaçada por cheias, mas não integrada na REN. Na área abrangida por ZAC não era possível fazer

estacionamento *"in casu"*, mas, na placa central da Avenida Luísa Todi, onde se previa o estacionamento subterrâneo, essa área não era abrangida por Zona Ameaçada por Cheias. Queria fazer essa clarificação.
A zona ameaçada por cheias só começava da Frente Norte da Avenida Luísa Todi para norte, porque, aquando das obras do Programa Polis, no fundo, tinha-se feito um alteamento. Toda a obra de requalificação da avenida tinha constituído um alteamento, o que fazia com que aquela área não fosse inundada. Isso estava comprovado nos estudos que tinham sido desenvolvidos e que tinham sido aprovados pela CCDR e pela APA. Portanto, essa questão não se colocava.
Naquele caso, tinha sido, essencialmente, permitir que alguns edifícios nessa Frente Norte pudessem ser reabilitados, pudessem sofrer alguma evolução, em função, também, de investimentos que estavam em carteira e que os próprios proprietários pretendiam desenvolver e, se se mantivesse em Reserva Ecológica Nacional, eles não poderiam fazer nada. Assim sendo, podiam fazer alguma coisa, podiam fazer algumas alterações. Tinham era que, obviamente, respeitar a normativa que a APA tinha imposto, nomeadamente naquela área, precisamente para evitar problemas ao nível do risco.

Sra. Presidente – Disse que, aquando da aprovação do Polis pelas entidades competentes, o estacionamento, em princípio, estava no projeto, depois é que tinha sido mudado. Quando se fez esse projeto tinham sido aprovados os dois pisos para baixo. Portanto, estavam com o projeto do estacionamento dentro dessa autorização.
O que o Dr. Vasco tinha explicado tinha a ver com toda aquela parte norte, onde estava a PSP e por ali fora, o Casino Setubalense, etc. Tinham uma série de projetos que estavam a aguardar havia uma data de tempo essa autorização para serem executados, porque, de acordo a legislação em vigor, não podia haver construção se não houvesse estacionamento dentro dos prédios, não era permitido, de todo.
Tinham a Caixa de Crédito Agrícola, que queria começar a obra. Já tinham o projeto despachado praticamente, não estava finalizado porque estava à espera daquilo. A Caixa de Crédito Agrícola ia para um edifício do Carlos Costa, tinham permutado. Ao lado da PSP estava aquele edifício, já muito degradado, que era do Carlos Costa, e ia para lá a Caixa de Crédito Agrícola e a Caixa de Crédito Agrícola ia para um edifício que estava na esquina, ao pé da Cáritas, no Largo Teófilo Braga, que tinha um grafiti com umas coisas de vindimas e isso. Era para ser aí a Caixa de Crédito Agrícola e ali seria o Carlos Costa, mas tinham trocado. Havia uns edifícios a fazer nesse sítio do Carlos Costa, e havia a Caixa nova ali, naquele edifício.
O Casino estava com um projeto muito interessante a avançar e não o poderiam aprovar se não pudesse haver estacionamento. Só o Casino era, assim, uma coisa com algum impacto. Não podia ter mais que 2 ou 3 pisos, mas ia ser, ainda assim, uma coisa de grande qualidade, mas não podia ser executado se não tivesse essa construção.
O prédio do leão também já estava muito avançado. Era outro, também, naquela parte, e não era mais nada. O resto estava todo recuperado, até lá ao fundo.
Portanto, se não houvesse aquela alteração - para isso tinham tido que fazer aquele plano de pormenor -, não conseguiriam, de todo. Aquilo ficaria em ruínas até um dia ir abaixo. Ora, com os investidores com os projetos já na Câmara era uma pena. Tinham-se esforçado imenso junto das entidades até vir aquela autorização e até terem a oportunidade de fazer essas comparações, quando havia uma grande pressão. *"Não pode ser, causa das cheias"*, e, depois, havia, noutros municípios, outras situações. Tinham tido que andar a ver, quase à lupa, onde é que havia situações similares, para podermos fazer e não haver, digamos, exceções. Portanto, tinha sido nesse sentido que tinham conseguido essa aprovação.
Iam para discussão pública e, depois, o resultado da discussão pública viria, outra vez, ali. Era um ganho muito importante. Eram equipamentos muito importantes, aqui, na Avenida Luísa Todi, que ajudavam a mudar a face da avenida, a qualificar a avenida. Podiam reparar que, do lado sul, aquele grande edifício que era o Pátio do Sérgio, essa parte aí, tinha toda estacionamento enterrado. Ainda estava mais próxima da água. Aquele tinha as ribeiras, mas,

esse, aí, naquela nova aprovação, tinha estacionamento enterrado, o Pátio do Sérgio. Portanto, não tinham problema nenhum em licenciar o lado sul. Era ao lado das Águas do Sado, era aquele da esquina.
Não tinham problema nenhum no lado sul, porque havia uma série de prédios que já tinham estacionamento enterrado, mesmo o das Águas do Sado. O edifício ao lado do Madeira não havia problema nenhum. Esse, do Pátio do Sérgio, que estava a andar bem, e o outro, mais à frente, não havia problema nenhum. O outro, ao lado da peixaria, também estava em aprovação. Ao lado do Banco de Portugal, aquele prédio verde, todo de azulejo, ia ficar uma coisa lindíssima. Também, da nossa parte, já tinha sido aprovado e estavam à espera de acertar umas coisas com a DGPC. Desse lado não havia problema, do outro lado era por causa das ribeiras que havia esses problemas que fariam parar no tempo aquele lado da avenida.
Ainda se não houvesse investidores, mas as pessoas tinham comprado aquilo e, depois, tinham ficado paradas. Com aquela aprovação, aquela parte ia dar um pulo muito interessante. O Casino Setubalense tinha um projeto muito bonito. O Casino era da Cachadinha e o prédio do leão também, eram dos mesmos. O prédio do leão já está aprovado, o Casino estava ainda em aprovação, mas era lindíssimo. O edifício do Carlos Costa também era muito bonito e a Caixa de Crédito Agrícola, no lado da PSP, era lindíssima, também. Era dos edifícios mais bonitos deles, da Caixa de Crédito Agrícola, muito moderno, muito bonito, também só com 2 pisos, era o que podia ser, mas a avenida ficava com esses edifícios todos, que iam ser uma referência, iam ser muito bonitos.
Faltava-nos aquilo, aquelas ZAC. Já tinha saído a ZAC, não haviam de ser mais teimosos do que eles.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 81/21 – Proposta n.º 09/2021 – DURB/DIMOT – Continuidade da Suspensão dos Serviços de Estacionamento Tarifado na Cidade de Setúbal – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 82/21 – Proposta n.º 02/2021 – GAF – Aditamento à Proposta 2A/GAF/2017 – Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 83/21 – Proposta n.º 28/2021 – DCDJ/DICUL – AMATEATRO – Mostra de Teatro Amador de Setúbal – 3ª edição (online)

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 84/21 – Proposta n.º 29/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro a obra de substituição de palco da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 85/21 – Proposta n.º 30/2021 – DCDJ/DICUL – Escola de Jazz e Música Improvisada - Protocolo de colaboração com a Sociedade Musical Capricho Setubalense

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 86/21 – Proposta n.º 31/2021 – DCDJ – Protocolo de colaboração com Monstro Coletivo – Associação Cultural

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 87/21 – Proposta n.º 32/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação II Sorpasso

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 88/21 – Proposta n.º 33/2021 – DCDJ/DIBIM – Contrato de comodato - Projeto Comunicação Digital de Proximidade entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Câmara Municipal de Setúbal para implementação do projeto na Biblioteca - "Comunicação Digital de Proximidade"

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 89/21 – Proposta n.º 06/2021 – DES – Acordo de Cooperação entre o Município de Setúbal e a Iniciativa Educação - Programa Ser Pro - Curso Profissional de Técnico de Desporto

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 90/21 – Proposta n.º 02/2021 – DAAE/DIAES – Protocolo de parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Bairro Cool

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 e 56.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que gostaria que a senhora Vereadora desenvolvesse um pouco mais, porque a proposta era muito omissa, em relação aquilo que era o plano de atividades a que se propunha realizar através daquela associação, era um valor significativo, para uma associação que tinha sido criada há 5 meses e que não tinha atividade visível. A proposta não tinha o plano de atividades, falava de uma forma genérica dos objetivos a atingir, mas gostaria de saber o que iriam fazer com os dezassete mil e quinhentos euros, naqueles 7 meses em concreto, porque o que estava ali ...questionou se aquilo seria para pagar o salário de uma pessoa, de duas, de dez, seria para aquisição de equipamento, seria para o quê concretamente, a proposta era completamente omissa naquele sentido.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que aquele valor era para adquirir materiais e para promover também ações de execução dos projetos que aquela associação tinha para a animação do bairro, para envolver os moradores e para a compra de materiais, para a reconstrução de algumas, pequenas situações que fossem necessárias, como limpeza de grafites, como "n" situações que eles se propunham fazer no âmbito não só das atividades económicas como de tudo o que ia referido na proposta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha ficado na mesma, questionou quantas atividades é que iriam fazer, quantos grafites, iriam substituir a câmara na limpeza de grafites, não queria saber quantos parafusos iam comprar, como era evidente. Aquilo era uma discussão que o senhor Vereador Pedro Pina, no mandato anterior, tinha chegado a ter ali, pensava que com o senhor Vereador Nuno Carvalho, em que pedia o relatório de atividades, para saber concretamente o que estava em causa e com aquela associação criava-se ali um

protocolo em que não vinha nada. Por exemplo, no teatro sabiam que as companhias que faziam os protocolos tinham que fazer "x" peças, estava tudo protocolizado e delineado, ali confessava que não percebia. Teria boas intensões, não dizia que não, mas aquilo era muito insipiente para um valor que não era tão baixo quanto isso. Não conhecia as pessoas envolvidas, mas se aquilo fosse uma continuidade de um trabalho desenvolvido, não tinha colocado tantas questões porque sabiam qual era o trabalho que estava a ser feito no terreno e era uma continuidade, tudo bem, também quereriam ter acesso ao plano de atividades, mas achava que aquela proposta deveria ter sido um pouco mais desenvolvida.

Sra. Presidente – Disse que podia explicar, mas como naquele protocolo estava também envolvida a senhora Vereadora Carla Guerreiro, propôs que a senhora Vereadora explicasse um pouco mais.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que naquele dia o senhor Vereador Paulo Lopes estava extremamente ativo naquela reunião de câmara e saudou todo aquele ativismo.
Há um tempo atrás que estavam em conversações com aquela associação porque aquela associação tinha nascido da vontade das pessoas que trabalhavam naquela zona da cidade e que ali viviam. Aquele bairro já tinha sido um bairro com umas caraterísticas muito bairristas em Setúbal.
Tinham sido abordados e, a senhora Presidente tinham-na convidado para fazer uma reunião com eles, há um tempo atrás, antes da pandemia, porque gostariam muito de tomar conta do bairro deles. Como dizia na proposta, aquele era um projeto piloto e, por isso não ia para além de 6 ou 7 meses, para perceberem se aquilo tinha pernas para andar. Eles tinham-se proposto a tratar de tudo o que tivesse a ver com as questões do bairro, floreiras, higiene urbana, limpeza de grafites, fachadas com intervenções que pudessem ter alguns grafites construtivos e, aquele tipo de questões tinha sido por eles avaliado no sentido de terem uma verba para o poderem fazer. Estavam a falar de trabalhos que tinham que ser feitos regularmente, limpeza de papeleiras, varredura de ruas, etc., etc. Para além disso tinham combinado com eles uma série de iniciativas com uma vertente cultural, até tinham sido marcadas, por exemplo, para janeiro e que não tinham acontecido porque tinham entrado em confinamento. Na prática tratava-se de um projeto de envolvimento de cidadania, para uma zona piloto da cidade que, até poderia a vir ser replicada noutros sítios.
O que talvez pudesse, eventualmente, estar ali em falta, fosse um plano de atividades, com a descriminação daquilo que iria ser feito exatamente por eles, mas o sentido era aquele, era poder fazer naquela área, do espaço urbano, da requalificação do espaço urbano, uma espécie de uma "vizinhança" que fossem eles próprios a tratar, floreiras, papeleiras, varredura, limpeza dos grafites, na prática aqueles valores seriam para isso. Para isso era preciso comprar tintas, comprar materiais, ter algum pessoal, que poderia ser através de iniciativas que tivessem e, aí seriam eles que as teriam que organizar, na prática era aquilo que era pretendido, poder tornar aquele bairro como se fosse uma comunidade e em que eles próprios tratariam daquelas questões, que eram do dia-a-dia e, que eram da manutenção daquele espaço. A associação era recente porque tinha sido criada para aquele efeito, tinha sido uma proposta de criar uma comunidade que se pudesse integrar naquilo, tinha sido criada com aquele objetivo, por esse motivo a associação não tinha trabalho prévio.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que não tinha percebido uma parte. Era um projeto piloto, compreendia que houvesse um conjunto de atividades que fossem mais ou menos difícil de descrever, que era a questão em cuidar do bairro, mas quando tinha dito que era um projeto piloto, isso é que lhe tinha feito despertar à atenção, porque se era um projeto piloto, o que era pretendido era duplicar ou multiplicar por outros sítios, como qualquer projeto que seguia essa lógica, então tinha que ter uma matriz. Ou aquilo era um bocadinho "*vamos ver o que é que eles conseguem fazer com o dinheiro que a câmara dá*", mas de certeza que não era esse o objetivo, porque não se fazia isso com os dinheiros públicos, ou então havia ali uma matriz um bocadinho mais específica. Compreendia que não houvesse uma justificação

da parte do projeto, não era a primeira vez que acontecia e, às vezes, havia ali uma justificação da parte do executivo e as coisas entendiam-se e era aprovado. Mas se era uma coisa que poderia ser multiplicada por 4, 5, 6 vezes por outros bairros e poderia ser estendida por mais tempo no mesmo bairro, aquilo não era a forma de um projeto piloto funcionar. Ou não tinha percebido bem....

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que como era óbvio não era "*vamos ver o que eles fazem*", era óbvio que não era assim, e eles tinham aquilo replicado, não daquela maneira, porque ali a ideia era diferente, ou tinham tido aquilo replicado, quando tinham tido, por exemplo, as equipas comunitárias na Bela Vista, em que entregavam à ACM, pensava que era a empresa que na altura tratava da limpeza dos pátios, por exemplo. Ali a questão não era só potenciar as questões da limpeza e do que quer que fosse, a questão era haver um envolvimento cultural, económico daquela comunidade que ali estava. Poderiam ter trazido ali um plano de atividades em que eles se comprometiam a retirar as papeleiras 3 vezes por semana, a regar a floreiras, poderiam ter trazido e poderiam trazer, não tinha problema nenhum, até porque no final daquele projeto tinha que haver uma avalização e se quisessem dar continuidade ao projeto teriam que ter os dados suficientes do projeto piloto para poderem conseguir dar seguimento àquilo, era essa a ideia. Poderiam trazer isso, tinha sido uma coisa acertada com eles, não tinham chegado aos valores à toa, aqueles valores que ali estavam eram, mais ou menos, os valores que a câmara disponibilizaria naquele sítio para fazer aquelas atividades a tempo inteiro.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se fosse sempre assim não haveria nenhum problema. Mas tinham que ter atenção que aquilo eram atividades que as regras estavam a cargo da câmara, como serviço público, não era por iniciativa da câmara, ela tinha essa competência, compreendia que se pudesse querer delegar, que se pudesse querer fazer assim, se tinham calculado as coisas, tudo bem, mas se aquilo não tinha vindo discriminado e não tinha vindo com esse efeito, nem com esse propósito, era normal haver as perguntas. Tinham ficado muitas dúvidas, para o ponto de situação para o projeto piloto, pela explicação da senhora vereadora não chegava aquilo que achava que era o objetivo que a senhora vereadora pretendia. Compreendia o objetivo, mas pela explicação não compreendia nem o do documento, nem o da senhora vereadora, compreendia o objetivo, achava que era bom e iriam esperar pelo ponto de situação, para não estarem ali a esmiuçar mais.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que da parte deles ficariam muito mais confortáveis se nas próximas semanas lhes fizessem chegar o plano de atividades, que pelos vistos já tinha sido feito, porque para chegar àquele valor já tinha havido, naturalmente, uma orçamentação e, uma elencagem de tudo aquilo que a associação se comprometia a fazer naqueles 7 meses. Para eles também poderem acompanhar e perceber se era feito, ou não. Esse plano de atividades devia estar ali discriminado, isso parecia-lhe óbvio e a proposta não era nada clara sobre aquele assunto.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que a alínea c) da cláusula 4.ª do protocolo, compromissos da associação referia: "*apresentar à CMS o plano de atividades e prestar contas das ações realizadas*", estava no protocolo, era o compromisso de apresentar, o protocolo ainda não tinha sido aprovado, estava-se a apresentar o protocolo. Tinham pedido para ver se nas próximas reuniões, nas próximas semanas...estava no protocolo. Estavam na época de complicar. Nem se estava a dar dinheiro à cabeça, porque tinha que se cumprir o protocolo e o protocolo na cláusula 3.ª dizia como é que era dado o dinheiro, estava tudo condicionado. Disse que os senhores vereadores em Setúbal queriam criar complicações, aquele protocolo não era um protocolo como, por exemplo, outros protocolos de outras câmaras municipais em que: "se atribuía a imagem pública à empresa do cunhado, do não sei quantos, que afinal era a empresa do presidente da câmara anterior, do anterior não, do atual presidente de câmara que estava a fazer esse protocolo", se quiser saber é na Câmara

Municipal do Barreiro", mas não, estava-se a fazer uma coisa transparente com uma associação em que estavam bem identificadas as pessoas, onde estava claro que havia uma necessidade de prestação de contas à câmara, onde para a sua execução tinha que haver essa prestação de contas, e os senhores vereadores, naquele momento, vinham complicar aquelas coisas, porque estavam naquela altura em que estavam.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que aprovar a deliberação para dar dinheiro a uma associação para fazer uma determinada atividade, atividades que não estavam discriminadas, para um vereador da oposição que não tinha informação e que tinha que votar numa proposta que era completamente omissa e que dizia que: "depois irá ser apresentado um plano de atividades, para já define-se que vamos dar este dinheiro, mas depois logo se apresentará o plano de atividades", o senhor vereador poderia concordar com isso, para eles era um ato de fé, estar a assumir que a câmara prestava um protocolo com uma associação que eles não conheciam, que não tinha atividade, que já de si era complicado, para quem não conhecia, assumir que eles iriam fazer aquilo tudo, desconhecendo todo o percurso e quem eram as pessoas, etc, e depois dizer que, primeiro aprovavam que davam e depois é que apresentavam as atividades, não era assim e nunca tinha sido. Já tinham feito ali, várias vezes e, era prática daquela casa, no desporto, na cultura, era apresentar um plano de atividades, os serviços validavam e ia ali, tinha sido sempre assim. Mas se o senhor Vereador Ricardo Oliveira achava que isso era totalmente descabido, tudo bem, da sua forma de ver não era.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que a proposta não estava a aprovar qualquer atribuição de valores, a proposta estava a aprovar um protocolo. Um protocolo que tinha uma determinada obrigação.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que já não voltava a reunião de câmara, depois de estar aprovado já não voltava.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que tinha um protocolo que tinha uma obrigação por parte da Câmara Municipal de Setúbal e que tinha obrigações por parte de outra associação. Os protocolos só eram concretizados se ambos cumprissem as várias obrigações.

Sra. Presidente – Disse que ia explicar.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que queria deixar uma coisa clara, tinha entendido que aquilo não era uma questão igual às outras, tinha entendido que aquilo era uma questão para ser acompanhada, monitorizada pela câmara, para perceber, para depois ajudar a quantificar, mas isso não tinha sido explicado daquela maneira, tinha conseguido depreender e esperariam o respetivo relatório, o ponto de situação, tudo bem, mas a reação do senhor Vereador Ricardo Oliveira tinha sido comparar com outras situações, quando não era comparável e depois com outros municípios, isso era uma apreciação politica, mas não era comparável.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta era uma proposta muito interessante de envolvimento da comunidade, na requalificação social, cultural e ambiental de um bairro. Pensava que poderia ser aprovado o protocolo como estava, com o compromisso de fazer aquilo que o senhor Vereador Paulo Lopes tinha dito, que tinha sido entregar, a breve prazo, o plano de atividades. Porque achava que aquele era um projeto que iam ter que acompanhar e que até poderia unir o conjunto das forças politicas como um grande projeto da cidade de Setúbal. Achava que a proposta do senhor Vereador Paulo Lopes resolvia o problema e o assunto seria fechado.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que queria perceber o que os senhores vereadores pediam para trazer as atividades todas, na reunião seguinte.
A cláusula 4.ª referia que era compromisso de eles realizarem um plano de ação com valorização do bairro, nomeadamente da qualificação da imagem urbana, a conservação e a limpeza do espaço público. Estava ali como ação do protocolo, mas podia trazer na próxima reunião a discriminação do que o Bairro de Troino tinha: "*20 papeleiras, 5 bancos, não sei quantas floreiras e não sei o quê e vamos fazer estas ações…..*". Podia trazer a operacionalização daquilo. Tinham considerado que não seria necessário dizer que eles iam despejar as papeleiras, por exemplo, duas ou três vezes por semana, mas podiam trazer esse plano. Mas dizerem que não estava ali...estava ali. Se era fazer a limpeza do espaço público, era fazer a limpeza do espaço público. Aquilo era uma coisa tão *cool*, talvez por ser tão *cool*, estaria a causar ali algum problema.

Sr. Vice-Presidente – Disse ao Sr. Vereador Nuno Carvalho que o Sr. Vereador Paulo Lopes estava a querer tirar lugar aos deputados municipais do PSD, porque, quando se discutiam coisas concretas, por exemplo, os acordos de execução para as juntas de freguesia, diziam: *"Mas, quem é que garante que a junta vai fazer isto que está aqui prometido? Não podemos aprovar."*
Quem é que garantia? O Sr. Vereador Paulo Lopes dizia: *"Eu tenho que votar isto."* Estava a fundamentar o seu voto contra – parecia-lhe que seria esse o sentido – num ato de fé. Se fundamentava o seu voto contra num ato de fé, aquele não era um ato de fé, era um ato de boa-fé, que era assim que se faziam todos os acordos e todos os contratos: uma parte acreditava que a outra faria aquilo a que se estava a comprometer.
O município também se estava a comprometer a pagar até ao limite. Podia ver nessa perspetiva, era um limite de custo de 17.500 euros para aquilo que estava no conteúdo da cláusula 4.ª, que dizia que ia haver um programa para se propor. O senhor vereador que tomasse atenção - o Vereador Rabaçal estava a ir nesse sentido -, podia estar ali o gérmen de uma belíssima intervenção, de colaboração entre a sociedade civil e os serviços públicos locais. Aquilo podia ser uma coisa como já tinham algumas experiências. Também não iam dizer o que era, para não ficarem a saber demais e, depois, lembrarem-se.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que só queria perguntar se aquilo não colidia ou não se sobrepunha ao protocolo de delegação de competências com as juntas de freguesia. Essa era uma questão que queria colocar, porque as juntas de freguesia já tinham essas competências.

Sra. Presidente – Disse que não, porque aquela área era da câmara. Em 2017/18, tinha sido feita a reabilitação de Tróino e tinham andado lá a ver como é que animavam aquilo, porque, de facto, se tivesse as casas pintadas podia ser um espaço extremamente interessante para a juventude, com o aparecimento de barzinhos e alojamentos locais. Tinham começado a aparecer e tinham andado lá a ver com quem é que faziam isso, com quem é que faziam a animação daqueles bairros. Não eram exatamente aqueles valores, nem nada que se parecesse. Com quem é que faziam?
Aparecia um ou outro com quem falavam para animarem aquele bairro e, depois, aquilo caía, porque a pessoa saía ou fechava o seu negócio. Entretanto, um dia, ia a passar e tinha visto que havia naquela rua - não sabia se estava o nome da rua – dois alojamentos locais, dois escritórios muito interessantes que os senhores vereadores deviam conhecer, que eram Tróino Station e outra coisa em frente. Eram dois escritórios extremamente interessantes. Havia lá 3 ou 4 lojas mais o alojamento local, que também era das mesmas pessoas, na ponta da rua. Do outro lado estava outro alojamento local e tinha pensado: *"Está aqui a âncora para se começar a criar alguma animação."*
Em 2019 aquilo estava com muitos turistas, com muita gente para baixo e para cima. Quem limpava aquilo eram os nossos serviços, não estava delegado na junta de freguesia da União das Freguesias, estava nos nossos serviços. Os nossos serviços tinham lá uma data de ruas

e como aquilo estava a ter muito movimento, a sujidade e as papeleiras estavam impossíveis e não conseguiam ter mais pessoas para ir limpar aquilo, a não ser de 2 em 2 dias. Portanto, no meio e ao fim de semana aquilo ficava tudo sujo e havia alguma reclamação.
Entretanto, tinha ido para lá o Galo, a tasca do Galo, e tinham começado a ver aquilo com umas características se calhar um bocado sonhadoras suas, de um mini Bairro Alto, com animação e tal. Tinham começado a falar com alguns idosos, começaram a falar com algumas tascas para fazer de uma delas uma casinha de fados. Portanto, durante o dia era taberna e à noite arrendavam-nos para fazermos fado, para pôr ali os artistas e tal. Tinha começado a pedir às pessoas para pintarem os prédios e as pessoas tinham pintado. Tinham pintado a Casa das Quatro Cabeças de uma cor mais animada, porque era branca e tinha passado a cinzenta. Tinha começado a pôr lá luzes – não sabia se já tinham visto que a Casa das Quatro Cabeças tinha umas luzes agarradas às paredes que animavam mais aquilo, porque se tinha inspirado numa loja que estava num prédio que estava em frente à Tuttilanche, que tinha sido recuperado e que tinha uns holofotes. Tinham posto na Casa das Quatro Cabeças, porque era a rua onde ia começar o projeto, para incentivar que os outros pusessem igual, para ficar tudo com mais luz mas sem ser uma luz muito agressiva, aquelas coisinhas de *"led"*. Tinha sido o Amantino que tinha feito. Estava sempre: *"Amantino, agora vamos pôr aqui mais uma luzinha; Amantino, agora vamos não-sei-quê."* E, às vezes, dizia assim o Amantino: *"Olhe, mas também falta ali."* Porque é que ele tinha falado? Depois, estava sempre a chagar a cabeça: *"Ó Amantino, aquilo ainda não está feito!"* (*"- Por que é que eu fui falar?"*). Coitado do Amantino. Iam inventando e eles iam fazendo.
Portanto, isso tinha começado a acontecer. Naquele momento, era preciso alguém que, ao fim de semana, limpasse as papeleiras, senão tinham que meter a *"máquina"* da Câmara lá e não tinham trabalhadores. Não apareciam trabalhadores para esses setores. Abriam concursos e, às vezes, os concursos ficavam a meio ou menos de meio. Tinham aberto um concurso para 15 motoristas e tinham vindo 4, dos 4, já 2 se tinham ido embora. Para a higiene e limpeza era uma grande dificuldade.
Tinha dito: *"Bem, mas com esta gente toda jovem, vamos conversar com eles, se não querem tomar conta. Vamos, aqui, ter uma ideia de eles terem que limpar os grafitis, os tags. Se quiserem fazer alguma coisa de jeito tem que ser um projeto que possamos apoiar ou estar de acordo: limpar as papeleiras, fazer atividades, trazer aqui e integrar estas tascas e esta gente toda."* Para isso, era preciso limpar e ser gente dali. A condição era ser gente dali.
Tinha vindo a pandemia e tinha parado. Já estavam a falar com eles desde os finais de 2019. Tinha entrado dentro da loja e tinha perguntado se não queriam: *"Queremos!"* Tinham ficado todos entusiasmados os dessas empresas, que tinham dito: *"Queremos!"* Tinha vindo a pandemia e tinha parado. Tinham reativado e eles tinham vindo perguntar: *"Mas, afinal, começamos este ano? Pode ser que no verão a pandemia…"* tinha sido nesse sentido que tinham começado a fazer contas: *"Para limpar aquelas ruazinhas todas, tirando este setor da Câmara, serem eles. Não pode haver uma papeleira com lixo, nem cantos sujos, nem nada disso. São eles que têm que pôr ali 3 pessoas."* Tinha sido o que tinham estimado para aquelas ruazinhas. Tinham que limpar, tinham que fazer animação, tinham que pôr música, tinham que levar a que as outras pessoas participassem e que ao sábado à tarde estivessem a trabalhar, ao domingo estivessem a trabalhar e que dinamizassem aquilo tudo.
Tinham sido essas as contas que tinham feito: 3 pessoas deles a trabalhar. Eram pessoas que limpavam os alojamentos locais deles, que limpavam as coisas deles. Eram pessoas do bairro, porque a experiência do *"Nosso Bairro Nossa Cidade"*, desse ponto de vista, tinha sido um sucesso. Era só ir visitar a Bela Vista. Quem limpava aquilo eram pessoas que moravam lá. Achavam que, se as pessoas fossem dali, acontecia de forma dinâmica e diferente. Tinha sido isso que levado à concretização de um projeto e de um protocolo. Era claro que o dinheiro não podia entrar para uma empresa, para cada um deles. Eram 2 ou 3 em cada empresa, não podia entrar para os cofres deles, porque não era com essa empresa porque eram vários. Eram todos jovens e tinham feito uma associação para trabalharem com a Câmara Municipal assim.

Tinha sido assim que se tinha criado e nascido aquilo. Feitas as contas, claro que as pessoas que trabalhavam para eles e que podiam fazer esse trabalho tinham que ser pagas. Portanto, tinham que dar à associação dinheiro, para levarem por diante, terem aquilo tudo num brinquinho, aqueles vasos, tirarem grafitis das paredes – mais *"tags"* – ou fazerem algum grafiti, se fosse caso disso, porem flores, porem floreiras. Dava-se as floreiras e eles tinham que fazer a manutenção das flores. Se houvesse pessoas que quisessem floreiras com flores nas varandas, era para colocar essas floreiras nas varandas.
Estava tudo naquele valor, era isso. O protocolo tinha uma estimativa daquilo do que podia vir a custar, porque depois eles tinham que apresentar contas, e dizia que era uma série de ações na cláusula 4.ª Estava explicado? Se aquilo corresse bem, podia ser que em outras zonas da cidade viessem, também, a acontecer, em bairros típicos as pessoas se associassem, os comerciantes dessas zonas. Era para aquele executivo, que ia continuar sem aquela Presidente, era evidente. O futuro a Deus pertencia, como dizia o outro.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 7 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

Não houve período destinado à intervenção do público, uma vez que, em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção-Geral de Saúde sobre a eventual propagação do COVID-19, a reunião realizou-se à porta fechada, sem a presença de público.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e trinta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 7 de abril de 2021, por unanimidade, contém 32 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Aldora Poeira
Conferida por: Ana Paula Lico
Revista por: Paulo Hortênsio